

COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO DIRETOR

DEBATE PÚBLICO REALIZADO EM 21 DE SETEMBRO DE 2009

Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão.

Às dez horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início o Debate Público da Comissão Especial do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, sob a Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão, COM O TEMA “MEIO AMBIENTE”, CONTIDO NO SUBSTITUTIVO Nº 3 AO PLC Nº 25/2009.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada pela presença de todos. É um orgulho tê-los aqui para debater as questões ambientais de nossa Cidade, sobretudo a inserção do meio ambiente no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro que será votado, temos a certeza, ainda este ano.

Eu queria, antes de mais nada, dizer que a realização deste Debate visa atender ao dispositivo nº 4, do Art. 40, do Estatuto da Cidade que determina a realização de processo participativo na elaboração e revisão do Plano Diretor. O objetivo da discussão, no Debate de hoje, serão os dispositivos referentes ao tema “meio ambiente”, contido no Substitutivo nº 3 ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2009, bem como as emendas referentes a esses dispositivos enviadas pelo Poder Executivo e na tramitação de projetos que promovam a sua alteração.

Por uma feliz coincidência, Sr. Secretário, hoje 21 de setembro, é o Dia da Árvore, sinônimo de vida, estando presente em cada detalhe do nosso cotidiano, desde a sua sombra aconchegante, passando pelas construções imobiliárias que são feitas de sua matéria, até as folhas de papel.

Preservar a árvore é o objetivo de todos nós como também dar um uso sustentável às riquezas que ela representa, inclusive do ponto de vista econômico. Este é um dever de um País como o Brasil que, inclusive, tem o nome de uma árvore, o pau Brasil. Vamos fazer a nossa homenagem ao pau Brasil e à árvore, no dia de hoje.

Eu queria também lembrar a vocês que estive recentemente no Acre e visitei, em Rio Branco, o Museu da Floresta que é mesmo muito bonito, muito lindo! Nesse museu, eu vi uma frase de Chico Mendes que me tocou profundamente na qual, penso, está contida uma verdade maior, nos dias de hoje, do que a que existia quando de sua inspiração ao dizê-la. E quais foram as suas palavras?

“No começo, pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras; depois pensei que estivesse lutando para salvar a Floresta Amazônica; agora, percebi que estava lutando pela humanidade.”

Que as palavras de Chico Mendes nos inspirem no dia de hoje e que o Rio de Janeiro, que criou a primeira floresta plantada do mundo, possa continuar nessa trajetória de plantios, de preservação, de defesa da nossa Mata Atlântica que está, praticamente, em extinção e, assim, precisa contar com o abrigo e a proteção da nossa Cidade.

Em segundo lugar, eu quero dizer que neste Debate Público contamos, além da minha presença, com as presenças do Vereador Chiquinho Brazão e do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz, que tem se destacado por uma gestão bastante proativa, bastante propositiva e extremamente, já nos primeiros meses de Governo, destacada no sentido de criar mecanismos de proteção do meio ambiente de nossa Cidade.

Estamos aqui também com o Sr. Luis Eduardo Pizzotti que é muito querido, eu tenho que dizer isso, e que é o Coordenador de Proteção Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente.

Contamos, também, com outras pessoas ilustres, o Subsecretário Altamirando; o Sidney Meneses, Diretor de Parques e Jardins e de outros tantos que estão aqui representando a sociedade civil e, portanto, dispostos a dar a sua contribuição para que o nosso capítulo de meio ambiente, do Plano Diretor, seja um capítulo exemplar a ser seguido e não a ser esquecido nas gavetas, como já foi em tempos passados.

O objetivo principal deste Debate é analisar o conteúdo do Substitutivo nº 3 que está desde 2006 aqui nesta Casa e que já foi devidamente discutido, mas que agora está enriquecido pelas emendas que partiram do Sr. Prefeito, de todo o seu Secretariado e de outros órgãos de Governo, e que tem como objetivo atualizar este Substitutivo dando a ele a configuração dinâmica de um Governo que acabou de tomar posse. É nosso propósito que essas emendas sejam devidamente analisadas e possam, então, ir à votação, no Plenário, depois de um parecer da Comissão Especial do Plano Diretor que está colhendo essas informações e opiniões para dar um conteúdo final ao Substitutivo e às emendas que nos chegaram da Prefeitura. O Plano Diretor, é do conhecimento de todos, está na *Internet* da nossa Câmara de Vereadores, e também, pelo que sei, está sendo distribuído. Estamos distribuindo uma cópia do que recebemos da Prefeitura.

O que eu quero dizer, muito rapidamente, é que o meio ambiente não é um segmento, não é um setor a ser analisado pela Comissão do Plano Diretor porque, na verdade, perpassa todos os órgãos e todas as iniciativas dos diferentes setores da nossa sociedade. Muitos problemas graves que são de caráter ambiental precisam da colaboração de outros setores e muitos problemas das diferentes áreas, como o transporte, por exemplo, dependem da contribuição, da colaboração do meio ambiente. Qual é o nosso objetivo? É converter o Rio de Janeiro num símbolo de uma cidade sustentável! Nós temos o direito e o dever de pedir isso porque fomos a Cidade que abrigou a Conferência de 1992 e que deixou a sua pegada ecológica institucional no mundo inteiro.

Quando se fala no Rio de Janeiro as pessoas imediatamente pensam que estiveram no Rio ou que alguém das suas relações, da sua confiança esteve no Rio na Conferência de 1992. Nós temos que honrar esse compromisso inclusive porque somos novamente candidatos a uma Rio + 20, a fazer, em 2012, aquilo que já fizemos em 1992, isto é, repetir esse desempenho e essa performance. Para isso é preciso estar em dia, digamos assim, com os nossos compromissos e realmente cumprir a tarefa de não apenas preservar mas também de recuperar aquilo que perdemos.

Os problemas ambientais são conhecidos de todos e o Secretário irá mencioná-los, mas, certamente, uma das coisas que nós precisamos é, primeiro, de uma verdadeira visão holística do meio ambiente como algo integrador, como algo prioritário na vida da Cidade e não apenas um segmento sem recursos, sem pessoal suficientemente qualificado ou com poucas pessoas qualificadas e, sobretudo, sem o apoio da Prefeitura, sem o apoio direto do Prefeito e, principalmente, da participação da sociedade. O que vamos discutir aqui, então, é exatamente: quais são as nossas prioridades? O que é que temos que realizar nesses 10 anos que são o prazo de validade do Plano Diretor? Como vamos fazer isso? Com que parcerias? Com que recursos? Com que instrumentos? Além disso, logicamente, o objetivo principal é preservar e recuperar o que está precisando de um pronto-socorro, todos sabemos disso.

É com essa visão e com essa pequena introdução inicial que eu passo a palavra ao Sr. Secretário e penso, Sr. Secretário, que uns 15 a 20 minutos seriam suficientes para haver tempo para que as pessoas possam debater, ainda com a sua presença aqui, o que é muito importante.

O SR. SECRETÁRIO CARLOS ALBERTO MUNIZ – Meu bom dia a todos.

Quero inicialmente agradecer a oportunidade à Vereadora Aspásia Camargo, como Presidente da Comissão do Plano Diretor e entusiasta da Política de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro e do País; agradeço também a presença do Vereador Chiquinho Brazão e especialmente ao interesse de cada um de vocês que participam da vida associativa e política da Cidade do Rio de Janeiro. Particularmente agradeço à equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente, que nos propiciou uma contribuição ao Plano Diretor, da qual eu tenho não só perfeita identidade, como Secretário, mas também tenho orgulho de que essa sistematização venha como uma contribuição para que haja uma mudança que se perpetue na prática da gestão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tenho certeza de que, como enriquecimento desse Debate será a contribuição de cada um de vocês, e posteriormente na votação na Câmara de Vereadores, ela será não mutilada, mas, ao contrário, ela será enriquecida, incorporada e fortalecida.

Eu quero me colocar de fato à disposição, principalmente para que possamos debater os principais itens que sejam do interesse de vocês, e eu gostaria então, nestes 15 minutos, para permitir o debate, ressaltar o que eu considero elementos fundamentais da estratégia do plano apresentado aqui para consolidar como um novo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, que ao nosso ver é um plano não meramente urbanístico, mas é um plano de desenvolvimento sustentável da Cidade do Rio de Janeiro.

Quero dizer, também que, para mim, é uma satisfação que neste dia nós estejamos aqui debatendo e vivendo a comemoração do Dia da Árvore, e eu acho que isso nós vamos ter que reverenciar permanentemente.

Mas eu também gostaria que nós refletíssemos que sempre o Dia da Árvore foi pensado como um corte, como se meio ambiente fosse basicamente a ideia de desenvolver a consciência de preservação das árvores e da vegetação.

Hoje, o desenvolvimento civilizatório, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento das sociedades mostram que o meio ambiente é muito mais do que a preservação da natureza, do que é preservação das espécies existentes. Ele, na verdade, precisa ser compreendido como algo que perpassa toda a política e o futuro que queremos para a sociedade e do que nós esperamos e que vamos deixar de legado para as futuras gerações. Ele discute qual a economia que nós vamos ter, e nós sabemos que precisamos ter uma economia que corte as emissões de carbono.

Nós sabemos que o meio ambiente hoje é algo que interage desde que tipo de fisionomia de Cidade queremos, que tipo de construções novas, como elas serão feitas: serão sustentáveis ou serão tradicionais? E os recursos naturais: eles são inesgotáveis ou são renováveis?

Então, na verdade, hoje, refletir sobre o meio ambiente no Dia da Árvore nos mostra que devemos também alargar, de forma holística, a maneira de pensarmos e de compreendermos como vamos interagir em relação a cada prática, a cada mudança de hábito, a cada costume que se enraizou, o que precisa ser transformado e isso vai precisar ser uma mudança e uma reflexão que vai interagir não só na administração pública, mas também na maneira pela qual cada um vê a sua postura diante do futuro e diante do mundo.

Eu gostaria de ressaltar para vocês que os grandes avanços que nós temos se situam basicamente na apresentação dessa política de desenvolvimento urbano sustentável para a Cidade do Rio de Janeiro.

Nós fizemos questão de afirmar que todas as diretrizes – isso sintetiza nos itens 2 e 3 do Art. 2º, incisos II e III, onde nós afirmamos – e eu não vou repetir o texto, mas eu vou simplesmente dizer que a gestão, ela precisa, quando afirmamos para todo mundo compreender todas as diretrizes, objetivos e instrumentos, políticas públicas, bem como as suas metas, ações, no âmbito desse Plano Diretor, devem contemplar o entrecruzamento da forma matricial da variável ambiental e paisagística nos diversos processos de planejamento, vinculados ao sistema integrado de planejamento e gestão urbana, objetivando o desenvolvimento sustentável da Cidade.

Nós estamos dizendo o seguinte, que a ótica de compreender os diversos elementos que conduzam a uma sociedade sustentável, eles têm que estar interagindo de forma matricial em todo o planejamento da Cidade.

Hoje, eu posso dar como exemplo para vocês, já de gestão, como é que nós estamos encarando a execução disso. A política de transporte da Cidade não é mais uma política feita exclusivamente pela Secretaria de Transportes. Ela é subordinada a um colégio de Secretários, que nós chamamos de Colégio de Desenvolvimento Sustentável, que é a chamada Comissão de Urbanismo, mas que no fundo ela vem assumindo o nome que vai ser rebatizado, como sendo a Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Então, ali nós reanalisamos o projeto do ônibus articulado, chamado de T-5; reanalisamos o Projeto Porto Maravilha; reanalisamos o problema de macrodrenagem da Bacia de Jacarepaguá.

Do ponto de vista da política, ela foi repensada passando sobre cada crivo em relação ao que nós consideramos sustentabilidade do projeto do ponto de vista ambiental.

O T-5 é um ônibus articulado, mas é um ônibus articulado que substitui o carro pelo transporte coletivo, mas isso ainda cabe dentro de uma política de transporte, pela ótica da Secretaria de Transportes, mas definimos que o combustível desse ônibus tem que ser o menos impactante existente no momento da implantação do ônibus articulado.

Em segundo lugar, nós definimos que o traçado em vez de tirar o canteiro arborizado e área de parque da Cidade, o traçado tem que tirar ônibus e carro da rua. Então, isso é uma mudança substancial de traçado.

Em terceiro lugar, nós definimos que o ônibus, ao ser um ônibus articulado que vai cortar várias áreas da Cidade, ele precisa ter o traçado respeitando antropologicamente as características sócio-culturais de cada bairro. Ele não fará mais o mesmo que a Linha Amarela fez, mesmo que isso custe mais.

Então, nós estamos fazendo mudanças de traçado, nós não estamos deixando dividir praças da Cidade de bairros em que você põe de um lado a praça, do outro lado fica o cinema, e no meio passa o T-5, mesmo que isso tenha custado mais caro dentro do projeto. Nós estamos fazendo com que ele use alternativas, para garantir a unidade existente cultural e antropológica daquele bairro.

E, por fim, nós incorporamos ao traçado do T-5 todo um programa de ciclovias, para fazer com que haja no processo de desapropriação a ciclovia e a bicicleta, por via de consequência, seja um modal de transporte, não seja simplesmente algo que muito positivamente se implantou na Cidade do Rio de Janeiro mas que precisa também ganhar a sua vertente. Essa vertente não será só de lazer, mas é a vertente do modal de transporte, ou seja, o T-5 será alimentado por ciclovias que entrarão profundamente nos bairros, para que elas sejam utilizadas e tenham nas estações o suporte adequado para que ali haja bicicletários e não que cada um tenha que entrar com a sua corrente para amarrar sua bicicleta ao poste. Que haja, também, meios que liguem uma estação à outra, como opção em várias – não em todas –, mas que haja a opção da ciclovia como meio de transporte, ligando um bairro a outro. Vamos implantar 100 quilômetros de ciclovias através da estratégia de construção do tecido.

Então, resalto, para economizar, vou deixar de dar os exemplos dos impactos positivos no Porto Maravilha e na macrodrenagem. Quanto à macrodrenagem da Bacia de Jacarepaguá, no Lote 1, rapidamente, eu quero dizer que, na hora de ser licenciado pela Secretaria de Meio Ambiente, levamos em consideração todos aqueles aspectos naturais, normais e técnicos existentes no Plano de Macrodrenagem; demos ênfase a um amplo trabalho de consolidação do reflorestamento e do plantio nas matas ciliares, para evitar aquele trabalho de manutenção sistemática como sendo a lógica de manutenção dos rios. Quer dizer, a implantação de um amplo trabalho de recuperação das faixas marginais dará estabilidade e permanência ao trabalho de recuperação dos rios, como também vamos desenvolver um amplo trabalho de drenagem. Também estamos implantando, junto às medidas decorrentes das obras de engenharia para drenagem, programas cicloviários, para fazer com que a ciclovia seja ampliada, como um modal de transporte nessa área.

Então, essa visão holística tem presidido a ação da Prefeitura, em particular da Secretaria de Meio Ambiente, diante dos grandes projetos que temos procurado apresentar para o desenvolvimento da Cidade.

Outra ênfase que gostaria de dar ao Plano Diretor é a ideia de que a paisagem da Cidade do Rio de Janeiro representa o mais valioso bem da Cidade, responsável pela sua consagração como ícone mundial e sua inserção na economia turística, gerando emprego e renda.

Ao destacar esse item, eu quero mostrar que essa introdução, no Plano Diretor de sustentabilidade da Cidade, mostra outra visão, uma visão nova de tratarmos a questão paisagística na Cidade do Rio de Janeiro, que não era tradicionalmente incorporada às formas de pensar, planejar e executar o trabalho de meio ambiente.

O item que eu gostaria também de destacar é a questão da sustentabilidade. Então, eu destacaria o Art. 3 da introdução, onde temos, no romano I, a redução do consumo de energia e o aproveitamento racional dos recursos naturais, com ênfase na adaptação das edificações existentes e na definição de parâmetros mínimos de eficácia energética para novas edificações.

Destacaria, ainda, a inclusão do contexto metropolitano ao planejamento da Cidade, articulando as ações de todas as esferas governamentais e promoção das iniciativas de interesse comum, relativas às políticas de transporte, meio ambiente, saneamento ambiental, zona costeira, equipamentos urbanos, serviços públicos, desenvolvimento econômico sustentável. E no romano XX, ainda, da introdução: adoção de soluções urbanísticas que incorporem a criação de medidas voltadas para a melhoria das condições climáticas e ambientais, como a criação dos espaços livres, implantação de corredores verdes e outros programas de arborização urbana, adoção no 21, adoção em todas as políticas públicas de estratégias de mitigação dos efeitos das mudanças globais do clima.

Ao ressaltar esses elementos de sustentabilidade, estou procurando mostrar para vocês como isso, do ponto de vista de repensar de maneira holística, planejar a Cidade do Rio de Janeiro, vem nos conduzindo a grande mudança do tipo de planejamento que temos executado em relação ao trabalho do Parques e Jardins, do grande trabalho que faremos em reativar e unificar todas as nossas unidades de conservação. E o programa de desafio tanto do reflorestamento, através do nosso Programa de Mutirão, como também da utilização do reflorestamento em áreas não mutiráveis, com grandes investimentos que o Estado fará.

E incorporados às questões relativas aos impactos, decorrentes de todos os efeitos de lançamentos de gases de efeito estufa e o seu impacto em relação às mudanças climáticas, isso vem presidindo também a nossa atuação do ponto de vista de compreender que sustentabilidade é fazer com que todo o nosso planejamento esteja direcionado com medidas práticas nessa direção.

Então, eu gostaria de enfatizar: já estamos realizando o novo inventário das emissões dos gases de efeito estufa e a aprovação de um Plano Diretor com essa perspicácia, com essa profundidade, com essa característica permitirá que haja estabilidade nesse trabalho e dê, de fato, condições de que essas intervenções que hoje vêm sendo feitas, a partir de uma estratégia política do meio ambiente, apoiada pelo Prefeito, isso consagrado no Plano Diretor, como está posto nessa proposta, fará com que não seja uma política de uma gestão, mas que se consolide como estratégia de pensar a Cidade do Rio de Janeiro. Em relação aos gases de efeito estufa e também em relação às mudanças climáticas, vamos deixar muito preciso, ao fazermos esse inventário, que chegaremos, até o final do ano, definindo quanto vamos, como meta, deixar de emitir de 2010 a 2012 e como chegaremos a isso.

Uma das questões fundamentais – e o Plano Diretor trata muito bem, e é um dos itens aqui – está vinculada à política em relação aos resíduos sólidos, onde há um detalhamento muito preciso. Ali já vamos encontrar medidas práticas e imediatas que terão um impacto extremamente positivo se solucionadas. A situação do Aterro de Gramacho, mesmo melhorada, de fato é algo que precisa ser eliminado em definitivo, é essa a política da Prefeitura. Nós pretendemos até 2011 executar uma nova disposição de resíduos sólidos da Cidade do Rio de Janeiro, disposição essa que será feita de forma adequada na melhor norma tecnológica, mas que irá incorporar dois outros elementos fundamentais. Que vocês discutam, também, uma forma de consolidar, no Plano Diretor, a visão da APA como um instrumento que combina dentro da Cidade uma forma de manter a preservação através do Plano Diretor dessa APA, combinando com áreas de ocupação já existentes na Cidade. Nós não devemos ficar inventando a roda. Nós precisamos consolidar, dar vida a instrumentos que existem e viabilizar a sua aplicabilidade. E nisso aí a APA é um instrumento que pode perfeitamente se resolver e uma vez ser consolidado como elemento do Plano Diretor.

E, evidentemente, que tudo isso que eu estou apresentando aqui para vocês está vinculado, para sua implementação, num primeiro lugar à aprovação dessas diretrizes do Plano Diretor. Por isso, o meu esforço em que a nossa equipe, ao apresentar isso aqui, evidentemente, nessa Emenda, eu tenho certeza que a nossa Câmara de Vereadores, os nossos Vereadores vão dar uma formatação, uma distribuição melhor do que essa que está na Emenda três. Eu acho que, nesse trabalho, nós vamos nos colocar à disposição, porque há avanços que a consciência dessa apresentação da Emenda e a evolução dos debates, com certeza, vão propiciar, uma ordenação melhor.

Em segundo lugar, precisamos ter essa Legislação porque vai permitir suprir algo que durante muito tempo na Cidade do Rio de Janeiro - e eu quero aproveitar essa oportunidade para dizer que eu herdei uma equipe técnica de muito bom nível na Prefeitura do Rio de Janeiro -, mas, ao mesmo tempo, eu herdei também uma política de esvaziamento da Secretaria de Meio Ambiente durante um bom tempo. Ela foi sistematicamente esvaziada nas últimas gestões na Prefeitura. E nós, agora, estamos com uma equipe tendo que fazer um esforço bastante importante para não requalificá-la, mas reencorajá-la, mudar as suas características e, principalmente, entender que hoje a Secretaria de Meio Ambiente da Cidade não é mais aquela que dá um parecer para sustentar o licenciamento do urbanismo. Ao contrário. A Secretaria de Meio Ambiente, hoje, tem a responsabilidade de fazer o licenciamento na sua inteireza. Ela, hoje, não só subsidia, mas ela tem que olhar do ponto de vista holístico e, inclusive, chamar as diversas outras secretarias da Prefeitura e impactar, inclusive, naquilo que for projeto da Prefeitura, a transversalidade e o raciocínio matricial que se impõe. E nós não estamos hesitando em fazer isso. Nós vamos precisar disso, e eu tenho certeza que a aprovação desse Plano Diretor vai ainda dar mais elementos para que a Prefeitura, na atual gestão, faça o concurso público, tão fundamental dentro da Prefeitura do Rio de Janeiro, para que possamos ampliar o número de quadros para que a execução desse Plano Diretor se coloque em boa hora.

Então, eu queria agradecer essa oportunidade e me colocar à inteira disposição para debatermos cada item do Plano Diretor, a partir dessa introdução. Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Secretário.

Eu quero passar a palavra, agora, ao Vereador Chiquinho Brazão, que vai ter algumas perguntas a formular ao Secretário e anunciar a presença do Vereador Roberto Monteiro, que é o Relator da Comissão Especial do Plano Diretor.

O SR. VEREADOR CHIQUINHO BRAZÃO – Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar a nossa Presidente, Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão do Plano Diretor; cumprimentar o nosso nobre colega, Vereador Roberto Monteiro; o nosso Vice-Prefeito, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz; e o Coordenador de Proteção Ambiental, Luiz Eduardo Pizzotti; e todos aqui presentes, demais autoridades.

Secretário, eu estive prestando atenção na sua exposição. Eu gostaria de ressaltar alguns pontos específicos sobre o meio ambiente e sobre os problemas da nossa Cidade. Saber se já há um Projeto ou se já há um estudo sobre... Eu começaria pela Baixada de Jacarepaguá, onde eu estive há duas semanas, acompanhando o nosso Prefeito na Prefeitura itinerante de Jacarepaguá. Foi anunciado, além da obra do PAC do Colônia, foi anunciado também o investimento do Governo Federal, administrado pela Prefeitura, de 340 milhões na Área da Bacia Hidrográfica de Jacarepaguá.

Então, o que vem acontecendo, hoje, naquela região, o que nós temos assistido são grandes empresas, grandes construtoras ali. Um avanço, que nós sabemos que é o futuro. E elas vêm aterrando toda aquela parte da Baixada, da qual nós temos um entendimento que ali, na verdade, é uma grande esponja, onde todas as vezes que há uma grande chuva em Jacarepaguá ou o mar está de ressaca, pelos meios naturais, eles jogam água nos rios, nos canais. E quando acontece, como foi em 1996, naquela chuva forte que teve em Jacarepaguá, quando nós temos o mar empurrando a água e uma chuva descendo em direção ao mar, principalmente pela ocupação dessas grandes companhias, desses grandes investimentos, que fazem ali naquela região grandes aterros... E, certamente, com essa limpeza, com todo esse investimento naquela região de Jacarepaguá, Vargem Pequena; Vargem Grande, Barra da Tijuca, Recreio, toda essa região, nós teremos, certamente, uma água com maior velocidade. Choveu na cabeceira de Jacarepaguá, essa água vai descer com muita velocidade. Se coincidir com uma ressaca, nós teremos ali certamente uma retenção dessa água. Há algum estudo nesse sentido para que possamos ter uma visão, mais ou menos, do que aconteceria numa chuva forte e futura com aquela área? Nós próximos dez anos grandes ocupações serão feitas ali naquela região. Essa é uma pergunta.

Uma segunda pergunta é: Jacarepaguá tem hoje grandes comunidades na encosta de grandes partes de áreas verdes, áreas ambientais. Gostaria de saber se há algum estudo dessa convivência da população daquela região com o meio ambiente. Se há algum projeto de incentivo e de que maneira isso vem sendo tratado. Porque é importante que encontremos um meio-termo, façamos um marco, para que a população não continue avançando para dentro da mata. E, ao mesmo tempo, para que ela possa trabalhar ali em harmonia. Que a população dali possa ter a consciência de que não é destruindo... Porque todas as vezes que você cava um barranco, que você mexe, que você avança ali para dentro, você, certamente, cria uma erosão e um problema grave que nós temos visto aí, principalmente em Jacarepaguá.

E também, Secretário, uma terceira pergunta. Ali nós temos a Reserva da Pedra Branca, aquela área que é de proteção. Eu estive em Campos do Jordão há alguns anos e fiz uma visita a um parque. Não me recordo do nome. E você paga uma taxa para conhecer o parque, para visitá-lo. E por meio daquela taxa de manutenção, eles investem cada vez mais no parque. Você vê que a organização e a conservação daquele parque são uma maravilha. Gostei muito dele. Eles fizeram aquelas partes onde as crianças podem brincar, utilizando os funcionários, todo um corpo de assistência a isso, com trenzinho... Uma série de investimentos feitos naquela região. Com isso, as pessoas visitam o parque. E ali elas conseguem fazer, na verdade, um pagamento que mantém a manutenção. E investido cada vez mais até em pesquisas das plantas que mais precisam ser desenvolvidas ali.

E o que vem acontecendo com o nosso Parque da Pedra Branca? Ali, na Boca do Mato, em Vargem Grande, eu estive lá há cerca de dois meses e pude observar, num domingo, um grande número de motos, eu não saberia dizer quantas, do pessoal da motocross. Nada tenho contra os motoqueiros, pelo contrário, tenho muito amigos entre eles. Mas ouvi de muitos moradores ali, inclusive ambientalistas, dizendo que já haviam feito várias reclamações porque o pessoal que usa ali a pista, subindo, descendo, quando chove ou quando o tempo está ruim, esse movimento de motos destrói toda a passagem. Eu não estive ainda lá em cima para conhecer, mas dizem que havia passagem para que as pessoas pudessem conhecer e que hoje isso é inviável porque as motos vão criando valas e quando chove provoca toda uma erosão dando início a problemas com as árvores, inclusive árvores centenárias que se encontram em perigo de cair; prejudicando os animais silvestres devido a toda essa perturbação, além de possibilitar a caça a um grande número de pessoas.

Eu gostaria de saber se há um estudo nesse sentido para que pudéssemos ter o acompanhamento da Secretaria e um projeto para que implantássemos, no Plano Diretor, um estudo que contemple essa questão da Pedra Branca.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Passo, agora, a palavra ao Secretário para responder ao Vereador Chiquinho Brazão.

O SR. SECRETÁRIO CARLOS ALBERTO MUNIZ – Do ponto de vista das questões concretas que o Vereador colocou, a primeira delas com relação à bacia hidrográfica de Jacarepaguá, foi publicado no Diário Oficial a contratação, pela Rio Águas, do que nós estamos colocando aqui no artigo, que não tem número, mas é das “ações estruturantes” ligadas à drenagem urbana, “implantar o Plano Diretor de manejo das águas pluviais da Cidade do Rio de Janeiro, base para o planejamento das ações referentes à gestão de manejo dos corpos hídricos e redes de drenagem municipais, bem como revisões periódicas decenais das ações dele definidas”. Isso está no Diário Oficial, na página 54. Acabou, então, de ser contratada, 6ª feira. Eu quero dizer também ao Vereador que o planejamento da Rio Águas leva em consideração uma calha que prevê um índice pluviométrico máximo, bem como esses adensamentos existentes na Cidade.

Essa pergunta nos remonta também, na Bacia de Jacarepaguá, a imprescindibilidade de solução do sistema lacunar que é a bacia drenante de todas essas águas, das principais águas das chuvas, que precisam ser solucionadas. Então, quando nós temos um sistema lacunar que está num assoreamento brutal, que está num processo de estrangulamento, por maior que seja o planejamento ele sempre vai esbarrar na capacidade maior de absorção, de vazão, de solução de problemas de impacto desse tipo. Nós consideramos que a solução efetiva que dará estabilidade e sustentabilidade a esse programa de macrodrenagem de toda a Bacia de Jacarepaguá não pode prescindir da solução para as lagoas da região.

Nisso aí nós temos alguns avanços, mas eu confesso a vocês que nós não temos ainda uma equação definitiva sobre o assunto. No entanto, tenho certeza de que se nós formos vitoriosos nas Olimpíadas de 2016, nós teremos os recursos para o desenvolvimento integral desse programa de recuperação. Na verdade, então, nós estamos a menos de um mês para uma decisão em torno dessa questão porque o dia 2 de outubro vai permitir que passemos a replanear uma série de coisas, umas para as quais ainda temos uma resposta prática, clara, mas apenas medidas intermediárias em relação às lagoas.

Hoje, por exemplo, as lagoas de Jacarepaguá estão sob a gestão do Estado, o Município não assumiu essas lagoas porque nas gestões anteriores ele não fez isso. Nós, imediatamente, pudemos assumir a gestão da Lagoa Rodrigo de Freitas, mas com relação às lagoas de Jacarepaguá nós ainda precisamos ter uma maior estrutura na Secretaria. Se nós ganharmos as Olimpíadas de 2016, o planejamento, as equações estão todas colocadas, mas há o “se” colocado aí e fora disso a equação não está perfeita.

Outra questão é a do maciço da Pedra Branca. Com relação à questão levantada, e isso independe da vitória com relação às Olimpíadas de 2016, mas com o simples advento da Copa do Mundo de 2014 nós já temos recursos alocados e deferidos inclusive no Programa Pluri-Anual que nós apresentamos semana passada, aqui na Câmara de Vereadores. Nós temos os recursos que estão vinculados ao programa de implantação do T-5, desse ônibus articulado do qual falei para vocês anteriormente. Ali, nós temos um trabalho de ligação entre a floresta da Tijuca e o maciço da Pedra Branca e temos também um amplo programa de reflorestamento e de manejo, para a floresta da Tijuca e o maciço da Pedra Branca, que contempla recursos, políticas e meios para que possamos implantá-los já a partir de 2010 e a partir de 2011 ele já estará integralmente implantado porque é onde se completa também a implantação do T-5.

Então, com relação a essas questões que o Vereador Chiquinho Brazão levantou, as condições práticas e de planejamento já estão definidas na ação do Meio Ambiente e da Prefeitura em geral.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Secretário. Eu queria apenas enfatizar aqui a importância do pronunciamento do Secretário porque nós temos, na área ambiental, um número tão grande de problemas, tecnicamente tão complexos, que podíamos ficar aqui o dia inteiro. Mas, a rigor, o que o Secretário nos disse, e estamos querendo ouvir isso há muito tempo, é que temos de entrar no planejamento da Cidade. Se a Cidade não tiver planejamento, e é isso que o Plano Diretor pretende fazer, fica difícil resolver os problemas ambientais, porque esses problemas exigem planejamento. O planejamento por 10 anos, que o Plano Diretor propõe, é um planejamento realmente fundamental para, inclusive, criar o sistema de informações, criar as metas indicadoras que estão faltando, Secretário.

Eu sinto que, no Plano Diretor, avançamos bastante, mas estamos carentes de metas e indicadores porque, sem essas metas e indicadores, tudo isso é muito bom mas fica difícil para a população acompanhar. Quando é que isso vai sair? Por quais fontes isso vai sair? Mais projeções, para que a gente possa diminuir. Por exemplo, na questão da coleta e de outros temas tão importantes, como o da despoluição das lagoas, que isso possa ser feito de uma maneira coordenada. Eu penso que valeria o esforço, antes de votarmos o Plano, até o final do ano, para que houvesse já uma sinalização sobre essas metas.

Quero sinalizar a presença de pessoas muito expressivas e combativas da nossa Cidade: Donato Veloso, do Lagoa Viva, que, penso, representa essa vontade que a Cidade tem de ver as lagoas da Barra limpas, despoluídas, enfim, funcionando como deviam. É um crime que se comete contra a Cidade, contra as praias, contra a própria Praia da Barra, que está sendo gravemente afetada pela poluição. Portanto, agradeço muito sua presença, como a presença da Sra. Lúcia Klapp, da Associação de Moradores do Jardim Botânico – é uma honra tê-la aqui. Também agradeço a presença do Sr. Jairo, da Associação de Moradores do Cantagalo; e da Sra. Érika, da Associação Ecológica Eco-Marapendi; do Sr. Presidente da Associação de Moradores de Santa Teresa, Sr. Paulo Saad – obrigada. Agradeço a presença dos Srs. Fernando, Aída e Renée, do Grande Oriente do Brasil, que acompanham nosso Plano. Está presente o Sr. Jocelino Porto, da Federação Municipal de Favelas; é importante a presença do Jocelino aqui, e de outros que estejam presentes, porque queremos envolver as comunidades no projeto de preservação ambiental da Cidade do Rio de Janeiro. E essas comunidades já deram uma contribuição importante, com todo esse plano que tivemos, premiado internacionalmente, de reflorestamento das encostas, portanto, queremos continuar e fortalecer esse projeto. Senhor Ricardo Calmom, do Parque Nacional da Tijuca, obrigada, é importantíssima a sua presença aqui. Da Associação de Moradores do Jardim Botânico, Tomás Mariani, Presidente. Senhor Fábio Bahiense e Sra. Beatriz, da Câmara Comunitária da Barra, obrigada! A Barra tem que estar presente aqui neste pacto pelo Rio. Senhor José Jandir, da Associação de Moradores de Tijuca; Sr. Roberto Lira, da Sinduscon; do Ipur, do Sr. Temes Amorim – obrigada! Alto da Boavista, Sr. Francisco Medeiros. Conselho de Cidadania do Alto da Boavista, Sr. Cássio Alves; Cristiano Azevedo, da Gestão Ambiental Unigranrio. Temos, ainda, a Agência Bumar de Turismo, Ricardo Luz, e outros que vamos identificar aos poucos. Bruno Cunha, da Secretaria Municipal de Fazenda – importantíssima a participação da Secretaria Municipal de Fazenda, pois sem ela, não vai.

Passo, agora, a palavra ao Vereador Roberto Monteiro, o Relator desta Comissão.

O SR. VEREADOR ROBERTO MONTEIRO – Bom dia a todos, especialmente à Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão Revisora do Plano Diretor. Também uma saudação especial ao nosso Vice-Prefeito e Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Carlos Alberto Muniz, acompanhado do Coordenador de Proteção Ambiental, Luiz Eduardo Pizzotti, e ao meu colega Vereador Chiquinho Brazão. Quero fazer uma saudação especial nesse sentido, também, ao Plenário, que numa segunda-feira aqui comparece passivamente, para acompanhar um Debate com formato de Audiência Pública aqui na Câmara Municipal, para tratar de um tema que merece toda a nossa atenção, uma especialidade, que é a questão do meio ambiente. Sinto-me até prejudicado, e queria justificar que cheguei atrasado ao Plenário e peguei a intervenção, na parte final, do Secretário de Meio Ambiente, e posso cometer algum equívoco sobre algum tema que já tenha sido abordado. Obviamente, o caráter de Audiência Pública é ouvirmos a população, pessoas que aqui vieram, para que possamos acumular conhecimento, em função do que o Executivo já mandou. Já temos conhecimento do que nos foi enviado, e aqui tomamos ciência do que a população está pensando a respeito da formulação realizada pelo Executivo, estratificado nas suas emendas, podendo a população, nesse momento, dar sua contribuição.

Acho importante, sem nenhum outro intuito – não sei se já foi abordado –, mas gostaria que houvesse maior atenção para algumas questões. Não sou especialista no tema, e gostaria de acumular, mas é sobre o lixo, a reciclagem, como estamos vendo isso, pois acho que é algo de fundamental importância para a Cidade. A Cidade cresce, produz mais lixo, e como vai tratar esse seu lixo? Em tese, não é um tema que muita gente debate, mas este é um Debate específico, em que isso deve ser tratado, também. Então, essa seria uma primeira indagação. Não sei se já foi abordada.

Outras duas áreas pontuais, de certa forma, porque já pude acompanhar e vi o problema, não sei se já foi estratificado, aqui, na intervenção do Sr. Secretário –, é a questão de Santa Teresa e a questão do Alto da Boa Vista. Muito me interessaria saber, porque parece que há muita polêmica sobre o trato dado pelo Executivo a essas duas áreas, especificamente, da Cidade. As outras, o Vereador Chiquinho Brazão já abordou.

E, já no aspecto de opinar, não é o pensamento da Comissão, mas o pensamento da relatoria – sou o Relator, e é a forma que vejo o tema, a forma que acho que se deve encarar o tema. Acho que, quando se fala de meio ambiente, não se deve tratar o assunto meio ambiente como fator impeditivo de desenvolvimento, seja ele da nossa Cidade, seja do nosso País. Porque, muitas vezes, em função de tratar o assunto do meio ambiente, dá-se uma certa dimensão ao tema que é contraditória ao desenvolvimento do nosso País e da nossa Cidade. E digo isso porque esse é um

tema que muito vai ser levantado nas eleições de 2010. Não quero eu politizar o Debate, mas isso é fundamental, tendo em vista que temos a possibilidade de ter uma ex-Ministra do Meio Ambiente candidata à Presidência da República nas próximas eleições. Ela, até então, era Governadora, e vai ter que fazer um discurso oposicionista a um Governo que vem propiciando desenvolvimento para todo o País, e que, efetivamente, encarou com seriedade – claro que alguns avanços não foram possíveis de serem feitos –, mas encarou com a devida seriedade o tema de meio ambiente neste País. E prova disto é que um tema como esse nunca foi tão falado na sociedade como vem sendo nos últimos anos. Quer dizer, pessoas que efetivamente não conheciam muito o tema vieram a conhecer em função do Debate. Porque, quando você propicia o Debate, você aprofunda o tema e, efetivamente, pode dar a sua contribuição e formular, passando a integrar um grupo de formadores de opinião sobre esse determinado tema. E acho isso de suma importância, porque ele encara uma situação, a princípio, nacional, estadual, mas que também atinge a Cidade do Rio de Janeiro, uma questão que vem agora chegando a questão do Pré-Sal. E muito se tem falado que devemos manter os *royalties* no Estado do Rio de Janeiro que, obviamente, tem ressonância na Cidade do Rio de Janeiro. Quer dizer, uma das maiores arrecadações do Estado do Rio de Janeiro, que tem consequência na Cidade do Rio de Janeiro, são os *royalties* do petróleo. De certa forma, a defesa de que os *royalties* serem preestabelecidos e mantidos de forma majoritariamente no Estado, onde produz-se o petróleo, e de que isso pode causar um prejuízo ao meio ambiente. Por isso o *royalty* deve ser para o Estado produtor.

Então, esse é um tema que, efetivamente, temos de encarar, não só com o seu devido foco, mas entendendo que é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso País, onde a Cidade do Rio de Janeiro tem um papel, também, a cumprir. Em função desses temas, quando tive oportunidade, e também o Secretário, de dar opinião a respeito, o nosso Vice-Prefeito, também, dar a sua opinião a respeito desse tema especificamente, é porque é um tema de Debate nacional, que vai ser aprofundado até o final do ano, em função do Debate que ocorre no Congresso e que diz respeito, também, à nossa Cidade.

Então, esses temas são profícuos, mas, ao mesmo tempo, temos de encarar com muita responsabilidade, não confundindo, não permitindo que a defesa do meio ambiente possa servir para se atrapalhar o desenvolvimento do País, como o do Estado e o da Cidade do Rio de Janeiro. Então, essa é uma visão minha que pode ser merecedora, até, de críticas, mas, neste momento, vejo o tema dessa forma; respeito obviamente, que se tem de entender que a preservação do futuro, do que será a vida dos nossos filhos e dos nossos netos, passa pela defesa do meio ambiente, mas que isso não seja fator impeditivo para o nosso desenvolvimento.

São essas minhas considerações.

Gostaria muito de ouvir as pessoas que estão aqui, hoje, que vieram para manifestar suas opiniões, porque em função dessas opiniões é que se vai, do contraditório, também, aqui, nos convencendo, e devemos tentar formular o melhor para a Cidade, no relatório do Plano Diretor desta Cidade.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Vereador Roberto Monteiro.

De fato, o Secretário já tinha abordado a questão do lixo, dos resíduos sólidos, mas é sempre uma oportunidade de se esclarecer alguma coisa.

Passo a palavra ao Secretário Muniz.

O SR. SECRETÁRIO CARLOS ALBERTO MUNIZ – Bem, Vereador Roberto Monteiro, muito obrigado por sua participação, sua presença. Nós, da gestão da Prefeitura, estamos acompanhando sua atividade, aqui, em defesa dos interesses da nossa Cidade.

Acho que nas observações feitas sobre a questão do lixo - estamos de pleno acordo com o Plano Diretor – enfatizei a importância de que a gente passe para uma política ativa, proativa. E as soluções para as disposições adequadas, para a utilização do lixo como matéria prima e para a implantação da coleta seletiva já estão bem definidas e consagradas. O que o Plano Diretor vai fazer é dar estabilidade a isso, torná-lo lei, dentro da Cidade.

Em segundo lugar, quero aproveitar para falar sobre as questões das metas e indicadores. Considero que meta e indicador não são elementos do Plano Diretor, quer dizer, meta e indicador são elementos do Plano Plurianual, e, quando vim aqui debater o Plano Plurianual apresentei metas e indicadores concretos. Tem sido assim no programa de ação da Prefeitura, no programa do Prefeito Eduardo Paes.

Para o lixo, apresentamos todos os indicadores; a meta, até o final de 2009, 2010, 2011 – isso em relação à coleta seletiva. Em relação à solução para a disposição final, cada item desses, quando vocês pegarem o Programa nosso Plurianual verão que eles estão amarradinhos ali, como está amarradinho a definição de indicadores em relação à avaliação do programa de reflorestamento, do programa cicloviário. Temos, lá, indicadores e metas bem amarrados, inclusive em relação a algo assim que possa parecer quase que abstrato, como desenvolvimento de uma política de mudança climáticas – apresentamos indicadores que estão amarrados à execução do novo inventário e afirmamos metas a serem atingidas em 2011, 2012, e sucessivamente.

Então, fiz esses parênteses para esclarecer uma questão posta anteriormente. Em relação à Santa Teresa, publicamos, já, no Diário Oficial quais são as instituições que vão participar do Plano Diretor da Cidade, Plano da execução do Conselho Gestor da APA, da Aparu, e estamos encaminhando carta a cada uma delas para formalizar essa reunião. Então, em Santa Teresa já estamos em um estágio um pouco mais avançado, em relação ao Alto da Boa Vista, estamos um pouco mais atrasados, porque temos um Projeto de Lei na Câmara de Vereadores para disciplinar a questão do Plano Diretor da Aparu do Alto da Boa Vista, que se encontra aqui desde 2000. Esse projeto não foi resolvido ainda, e isso tem sido uma amarra para que o processo vá adiante. Acho que o Plano Diretor pode resolver isso, também. Se nós consolidarmos logo a ideia da APA, o Plano Diretor da APA, do ponto de vista geral, pode abarcar todas as diferenciações existentes em uma determinada área de planejamento, e não importa que ela tenha favela, que ela tenha uma ocupação de tipo diferenciado, e que tenha até uma Zona de vida silvestre. Quer dizer, o Plano Diretor pode abarcar isso. Nós, nesse Plano Diretor, pudermos resolver isso, ao invés de ficarmos criando coisas, que, sem ser jabuticaba, não é muito original, do ponto de vista geral, quer dizer, vamos trabalhar com aquilo que faz parte do sistema nacional de meio ambiente. E o que tem no sistema nacional de meio ambiente na Constituição Federal, na Constituição do Estado, a gente vai nadar de braçada e vai conseguir avançar em relação a uma série de dificuldades. Uma delas é essa, que está nos prendendo aqui, por essa originalidade, que vem dificultando, que está obrigando uma lei da Câmara de Vereadores, que está prendendo o Alto da Boa Vista.

Foram feitas mais duas colocações, sobre as quais reputo que poderia apresentar uma opinião pessoal. A primeira delas é com relação a como vem sendo discutida nacionalmente a questão de meio ambiente. Eu diria a vocês que não é com acerto ou com erro. Queria dizer a vocês que o que eu mais fiz na vida foi atividade político-partidária. Sou da geração que fez da vida toda, desde o banco do ginásio, quando fui presidente do grêmio do meu colégio, depois, em 1968, Presidente do Diretório da Engenharia, Presidente do DCE da UFRJ, da UNE – a vida na clandestinidade –, o que eu fiz foi política. Claro, estudei engenharia, estudei economia, estudei outras coisas no meio, que tinha que fazer. Não sou contra, isso é fundamental e me deu bagagem, pratiquei meio ambiente, fui Presidente da Feema, da Serla. Mas o que eu mais fiz na vida foi atividade política, e político-partidária. Nunca deslocado de uma visão partidária. Então, considero que a visão de meio ambiente que precisamos consolidar na sociedade – falei um pouco na minha intervenção – é muito mais entendermos que o meio ambiente precisa permear todas as atividades de governo, e precisa permear todas as intervenções que a gente faça na sociedade. Hoje, na Prefeitura, cultura e área

de patrimônio e meio ambiente estão de braços dados. Hoje, Urbanismo e Meio Ambiente, eu e o Secretário Sérgio Dias, mandamos, sem que a gente se consulte mutuamente e planeje e um seja aliado um do outro, para vencer certas áreas com antolhos por sua formação, muito marcadamente por séculos de visão tecnológica apartada, isolada, como se pudessem resolver seu problema em uma prancheta, para definir uma lógica de transporte ou uma lógica em cada uma das esferas mais particulares.

Então, considero que o Debate do meio ambiente que precisamos ter no País tem que ser o Debate que permeia todas as atividades de Governo. E o que acho que vem ocorrendo no País é um salto em relação a essas intervenções. Hoje, a gente não fala mais em economia dissociada de uma visão de que a gente, para ter uma economia, não vai ficar discutindo mais a partir da ótica do produto interno bruto isoladamente, da renda *per capita*, como fator que dê sustentabilidade ao desenvolvimento de um País. Hoje, uma economia precisa ter nova matriz; matriz energética é fundamental, e precisa ser uma matriz energética limpa. Hoje, para a gente planejar estradas, desenvolvimento mais profundo, é fundamental a componente ambiental como elemento básico de reflexão.

Então, considero que os Governos, Federal, Estadual e Municipal do Rio de Janeiro estão vivendo um momento exuberante de interação entre suas diversas áreas, para que a gente possa compreender um planejamento e uma intervenção de forma holística.

Continua-se propugnando uma visão de meio ambiente como se fosse algo isolado, como se fosse algo propagandístico, como se fosse algo que reverbere o Dia da Árvore, o Dia do Verde, e o verde fosse basicamente a vegetação – como ainda é a ideia de educação ambiental. Quando se vai pensar educação ambiental, fica-se falando: “vamos consolidar a ideia do verde, vamos plantar árvores, vamos fazer isso, aquilo”. Tudo dentro de uma ótica apartada da visa holística. Vamos ter que mudar hábitos e hábitos de cada um de nós, dos nossos filhos, nas nossas casas. Amanhã será o Dia Mundial sem Automóvel, e toda hora que me perguntam, tenho que enfrentar: “Então, amanhã vai ser um turbilhão na Cidade, vai ser uma grande confusão, vai ser um impacto no trânsito?” Eu digo: “ao contrário, tenho certeza de que amanhã será um dia altamente disciplinado na Cidade, porque vamos tirar quase 1000 estacionamentos de uma área importante da Cidade”. O que isso vai acarretar? Vai acarretar fluidez no trânsito, vai acarretar melhorias na circulação. Mas a cultura é sempre a cultura de, diante de um fato novo, vir a confusão, vir o turbilhão e tal.

Então, Vereador, quero me associar à sua intervenção, mostrando que está muito atrasada aquela visão de achar que se vai consolidar um viés do ponto de vista nacional, política de ficar querendo criar uma vertente ambiental, como se ela pudesse não estar integrada a uma visão holística. Acho que, com toda generosidade que a nossa Senadora Marina Silva nos merece pela sua participação ativa nos trabalhos dos extrativistas e no trabalho da Amazônia, evidentemente, a bagagem precisa ter um salto de qualidade, porque a visão ambiental exige mais do que a generosidade do ponto de vista pessoal, precisa estar incorporada em uma visão moderna que perpassa, que seja holística, que tenha a visão da transversalidade. E isso daí é o salto que tenho certeza que, da visão extrativista para a outra, vai crescer, vai avançar, mas não adianta querermos achar que vamos estar enfrentando um acúmulo de forças por um lado que hoje não incorpora os elementos mais modernos da economia, da sustentabilidade. Acho que isso é que vai demarcar os grandes saltos adiantes.

Por fim, na questão dos *royalties*, acho que é muito importante a gente compreender a luta que se está travando hoje, e isso está ligado a um esvaziamento da classe política. Estamos vivendo uma luta, e na minha intervenção quero valorizar a questão da política, quero dar o meu depoimento para dizer que não há saída na sociedade que não seja pelo viés da política. A democracia não é uma instituição genérica, a política e a visão partidária dentro da política são elementos fundamentais. A gente pode criticar um comportamento aqui, ali, muito bem. Aquela discussão que diz: “Vamos acabar com o Congresso, vamos fechar o Senado. O Senado não serve para nada”. O Senado é a expressão da Federação, o Senado é lugar onde três Senadores representam o Estado mais rico da Federação, que é o Estado de São Paulo, e três Senadores representam o Acre, três Senadores votam por Rondônia, três Senadores votam pelo Amapá, três votam pelo Rio de Janeiro. O Senado é o momento em que a Federação pensa no seu todo, então, é uma bobagem do ponto de vista político a gente ficar jogando no esvaziamento. E essa discussão que temos, aqui, ligada ao *royalty* do petróleo, querendo envolver a visão federativa, é um engulho, porque nunca foi essa a discussão que envolveu o *royalty* do petróleo. O *royalty* do petróleo vem para mitigar os problemas, para que os Estados que tenham descoberto o petróleo dentro dos seus Estados tenham instrumentos para combater os impactos ambientais decorrentes da descoberta do petróleo. Volto mais uma vez à visão holística.

O impacto ambiental não é o derramamento do óleo, esse daí é o mais grosseiro que a gente vê. O impacto ambiental é o fato de que um Estado que descobre petróleo no seu interior sofre transformações sócio-econômicas populacionais. Ele vira outra realidade. Os municípios que têm petróleo, que são base de acumulação de petróleo, sofreram transformações brutais no Estado do Rio de Janeiro. Macaé de 10 anos atrás não tem nada a ver com a Macaé de agora. Campos de 10 anos atrás não tem nada a ver com Campos de agora. E são impactos que interferem na vida econômica, na locação demográfica, nas transformações abruptas da visão social, econômica, antropológica, cultural dessas regiões. Então o *royalty* entra para adotar medidas mitigadoras de investimento nessa direção. E isso daí, evidentemente, é complementado por medidas em relação a impacto de contaminação no solo, no subsolo, no mar. Fui Presidente da Feema de 1987 a 1990, e tive oportunidade de interditar o terminal de petróleo de Angra, de interditar a monobóia da Petrobras na Bacia de Campos. Naquela época, era a Feema que cuidava disso, e hoje, é o Ibama que cuida desse licenciamento geral. Então, o que quero mostrar a vocês é que o petróleo é uma riqueza que não é tributada na origem, não paga ICMS, é o único bem que não é tributado na origem – os municípios e os estados geradores de petróleo não recebem o ICMS originado dessa riqueza, ao passo que do minério recebem. Por exemplo, quando Minas Gerais manda o seu minério do interior para sair pelos portos do Rio de Janeiro, a única coisa que o Rio ganha é a poluição decorrente das partículas de suspensão do minério, porque ele não ganha nenhum tostão do ponto de vista de impostos. Ele não acarreta nenhum tostão com o minério que vem de Minas Gerais, porque ele já foi tributado lá. O que ele recebe são as partículas em suspensão, são os minérios que das partículas se depreendem. Então, essa é que é a realidade. Na Cidade do Rio de Janeiro precisamos, de forma muito clara, entender que o Estado do Rio de Janeiro, ao defender isso, não está com uma visão mesquinha, particular, de interesse exclusivo seu. Ele está mantendo uma vitória que se teve na Constituição de 1988, e que, hoje, a pretexto de uma visão federativa, se quer modificar. Ora, o Governo Federal pega o imposto de renda gerado nas regiões mais ricas – isso vai para o Tesouro – e aplica esse recurso não nas regiões mais ricas, aplica de acordo com o conjunto de programas e projetos nacionais que a gente tem para tocar. É uma visão que, de fato, precisamos esclarecer, manter de forma muito firme, para que a gente avance nisso.

Bem, seriam essas as questões que tenho.

Muito obrigado, Roberto.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Secretário.

Acho que é importante nos conscientizarmos. Essa luta ambiental, que foi uma luta muito isolacionista, muito alternativa, agora veio para o centro do debate político. Essa é a verdade. E esse centro do debate político não é apenas por vontade nossa, é porque o mundo realmente atravessa uma crise muito grande. Estive, agora, durante um dia inteiro, no Fórum do Ministro Reis Velloso, que há 21 anos se dedica a discutir os problemas do Brasil, nacionais e internacionais, e ficou muito claro: todos os grandes empresários que estavam ali, sentado à Mesa - praticamente o grande PIB brasileiro estava ali sentado - todos reconheceram que a crise internacional vai ter uma saída qualitativa. Não é apenas essa que está aí, essa simplicidade que estamos vendo, vai haver vários momentos em que as acomodações vão ter que ocorrer, com mudanças qualitativas, e uma das mudanças qualitativas vai ser a questão ambiental, porque o mundo hoje não vive na fartura. Ele não vive com recursos naturais abundantes, ele vive com recursos naturais escassos, e alguém disse, em algum momento: “Olha, a escassez, agora, tem que ser planejada, colocada na economia”. E a economia é isso. O que é economia? É o planejamento da escassez, a organização da distribuição da escassez.

Então, estamos com esse exercício do desenvolvimento sustentável para fazer no Brasil. E tudo que queremos, acho que o Rio de Janeiro quer, as pessoas intuitivamente querem, é que esse processo seja mais rápido. Tem que apressar o passo, vamos dizer assim. Aquela velha frase simpática: “Vamos combinar?”, acho que ela está aí muito presente, porque são pactos que se tem que fazer para que esse processo caminhe.

Bem, agora, início o Debate Público... Propriamente dito.

Vamos ouvir as pessoas que nos honram por estarem aqui presentes. Antes de mais nada, queria passar a palavra a Jocelino Cavalcante Porto, da Federação de Favelas do Município, a Faferj, que tem uma experiência interessante socioambiental. Ele fez a Agenda 21, e vai nos falar sobre suas propostas.

O SR. JOCELINO CAVALCANTE PORTO – Bom dia, Vereadora, todos os membros da Mesa, companheiros de Plenário, comunitários, federações presentes de favelas e bairros. A Vereadora, no início, falou na homenagem, por ser o Dia da Árvore, ao pau-brasil. Mas, estou trazendo uma planta, a nossa Pintangueira, que cuidamos no nosso pequeno espaço. Depois, gostaria de presentear a Mesa, especialmente a Vereadora, com essa Pintangueira, que tem mais de um ano. Inclusive, hoje, alguns companheiros estão plantando algumas Pintangueiras lá na Escola Olegário Mariano, em Rocha Miranda.

Nós já distribuímos mais de 30 mil mudas nas escolas e em algumas favelas, onde fizemos alguns trabalhos com plantas medicinais. Esse é o trabalho que a gente faz nas favelas, leva esse trabalho de conscientização em algumas favelas. No nosso Núcleo Ecológico, em Rocha Miranda e Acari, a gente é bastante consultado pelas escolas e até por universidades. O melhor é que não sou formado em nada, mas a gente passa essa experiência, leva as pessoas para visitar algumas comunidades para ver o impacto dos lixões das favelas.

Mas, vou direto. Fizemos algumas visitas à Comunidade do Batã, Vila Moreti, na Zona Oeste, à Rocinha, Manguinhos, Prazeres, Acari, ao Morro do Querosene, recentemente, e, amanhã, estaremos no Morro do Borel, fazendo uma visita a pedido das lideranças, para darmos a nossa contribuição.

Ao Morro do Borel vão cinco lideranças – Faferj, Famerj, FAM-Rio. Vamos encontrar impactos, mas não sei dar o encaminhamento. O que eu faço? Meu contato com os companheiros técnicos... E acabei de conversar com um agora, um biólogo. A gente leva os problemas para esses companheiros para eles darem um encaminhamento, uma posição. O pessoal da favela já estava sem saber o que fazer com cães abandonados, animais maltratados, falta de vegetação, falta de verde.

E a gente pesquisa as águas, temos um trabalho nas estações, na Linha da Supervia. Foi um trabalho feito por nós sem nenhuma estrutura, sem nenhuma ajuda.

Nossa proposta é mais reflorestamento, a volta dos Guardiões já, mais ações de educação ambiental nas favelas. (PALMAS) Mais verde para gerar mais confiança nas pessoas que continuam depredando, jogando lixo, que não têm nenhum respeito pela natureza. Tem que passar mais confiança para essa gente nas favelas, mais esperança, mais emprego e renda das favelas. E nos bairros, também.

Muito obrigado, Vereadora, companheiros. Um bom fim de semana!

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Queria chamar a Patrícia Paiva Muniz, moradora da Ilha de Guaratiba.

A SRA. PATRÍCIA PAIVA MUNIZ – Bom dia.

Senhora Presidente, Sr. Secretário Municipal de Meio Ambiente, público que está aqui exercendo a sua cidadania, o que é muito importante, estou aqui como cidadã carioca, o que é muito importante, estou aqui como cidadã carioca, em meu nome, e também como filiada ao PTB: sou filha do ex-Presidente Nacional do PTB, Paiva Muniz, que faleceu em 1993. Meu pai foi um político histórico, mas quero lembrar uma frase que o Barão de Itararé sempre dizia: “A gente só leva da vida a vida que a gente leva”. Então, estou aqui hoje lutando pelo meio ambiente da minha Cidade, pelo meio ambiente da minha região.

Moro num local paradisíaco, a Ilha de Guaratiba, uma região da maior importância para o meio ambiente da Cidade. Lá, foi o coração da mata que preservou a Cidade do Rio de Janeiro inteiro.

Foi lá, naquelas matas, que o Major Archer pegou suas plantas e reflorestou a Cidade do Rio de Janeiro. Lá, naquela região, onde fica a Fazenda Modelo, é feito o replantio de todas as mudas que temos em nosso Município.

Em 1993, quando meu pai faleceu, aqui, dentro desta Câmara, foi votado que a rua em que moro mudaria de nome. Hoje, moro na Estrada Paiva Muniz, o nome do meu pai.

Temos uma área muito grande que, junto com a área de preservação da região, compõe a área de preservação do Maciço da Pedra Branca.

Queria falar ao Vereador Chiquinho Brazão: “O senhor precisa ir à Jacarepaguá, precisa conhecer a Ilha de Guaratiba. Lá sim, está sendo feita a preservação da região”.

No entanto, há cerca de cinco anos começou uma grande devastação na região, suprimindo, inclusive, a água potável. Nessa região que pertence ao Maciço da Pedra Branca, protegida por uma lei especial, está havendo uma devastação, a supressão de água permeável, a alteração do meio ambiente.

Há cinco anos, venho comunicando à Prefeitura, à Secretaria Municipal de Urbanismo e a todos os órgãos municipais para que atuem, impedindo a devastação da região. Nada tem sido feito.

Senhor Secretário de Meio Ambiente, o senhor me desculpe, mas, dentro da sua Secretaria, tem muitos indivíduos... Há cinco anos, tem gente explorando o meio ambiente, explorando pedras, com multas! Mas faz cinco anos, portanto essas multas vão crescer daqui a dois meses. E essas multas, embora eu venha reclamando, brigando, foram para o arquivo.

Quer dizer, acho engraçado a gente discutir isso se a Prefeitura me diz, quando reclamo: “Em andamento, em andamento!”.

No final do ano passado, depois de quatro anos brigando, reclamando, denunciando em todos os órgãos... Inclusive, tenho aqui todas as multas, laudos do meio ambiente que diz que houve supressão de área permeável, construção em área considerada de preservação ambiental e modificação de características topográficas locais. E que a área é uma área de especial interesse ambiental do Maciço da Pedra Branca, segundo o Decreto Municipal 12.330/93.

Venho fazendo uma denúncia pública e a Prefeitura não faz nada. Não adianta ficar gritando pela Amazônia enquanto pela Cidade do Rio de Janeiro ninguém faz nada. As multas vão acabar, vão prescrever. O que vai acontecer? O que era ilegal, passa a ser legal. A quem constrói numa área *non aedificandi*, de acordo com todas as leis municipais, é dada multa, a pessoa não recorre. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente multa por explosão de pedras, e não volta. Ninguém volta! É só ir lá e pagar a multa! Em que se transforma essa multa? Numa taxa de ocupação ilegal? É assim que funciona? Depois de cinco anos, como todos sabemos, essa multa prescreve. E o dano ambiental, como fica? Como nós ficaremos?

Havia um terreno por onde passava um rio com várias nascentes. Acima do terreno há um lote da Prefeitura, um terreno de 3 milhões de m², dentro de uma bacia de nascentes. Vocês sabem o que é uma bacia de nascentes? Vocês têm noção do que é isso? Uma bacia de nascente, de água potável mineral? O que existe hoje é esgoto!

Secretário, temos obrigações não só comigo. Não sou eu, Patrícia só quem está aqui. Estou falando em nome dos filhos dos meus filhos, dos filhos dos filhos dos meus filhos que têm direito a um meio ambiente saudável pelos quais venho, há cinco anos – cinco anos – pedindo, implorando, botando minha cara a tapa, lutando contra pessoas que estão destruindo as matas, que têm uma série de multas que não são cobradas pela Prefeitura. E que estão destruindo parte do Maciço da Pedra Branca.

Nessa área que eles estão destruindo, tiraram terra, alteraram o curso natural das águas, alteraram o trajeto original que dava à Cachoeira Manoel Carlos. O que é essa Cachoeira Manoel Carlos? Hoje, não é mais nada! É um resto de água destruído, com esgoto, de acordo com laudos da própria Secretaria Municipal de Urbanismo.

Hoje, essas pessoas estão lá, invadindo, destruindo. Quero saber como vamos fazer. Como será nosso futuro? Nós podemos acreditar que alguma coisa vai ser feita? Já perdi a esperança. São cinco anos... Quero entregar nas mãos do Sr. Secretário parte dos laudos, toda a documentação histórica. Já estive pessoalmente na Secretaria de Meio Ambiente, na Secretaria Estadual da Alerj. Já estive pessoalmente no Ibama, em todos os demais órgãos. Quero acreditar que o nosso Prefeito fará alguma coisa pelos meus filhos, pelos meus descendentes, pela água pura, cristalina que não jorra mais ali. Não quero ficar bebendo esgoto... Eu plantava na minha horta, mas não posso mais plantar.

Então, quero lhe entregar em mãos este documento e pedir providências ao Estado, por favor.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Patrícia, muito obrigada por sua colaboração. Essa é uma área realmente muito sensível, muito abandonada. Nós precisamos fazer alguma coisa.

O Sandro Teixeira é morador da Ilha de Guaratiba, também. Ele quer acrescentar alguma coisa, quer se manifestar. Você já está representado, não é isso? Fale, Sandro.

O SR. SANDRO TEIXEIRA – A Ilha de Guaratiba é o último reduto rural da Cidade do Rio de Janeiro. Alguém falou das corridas de motocicleta em Vargem Grande. Quero dizer que a Ilha de Guaratiba está indo no mesmo caminho de Vargem Grande. Está sendo invadida pela especulação imobiliária por causa do tal túnel da Grota Funda. Já tem mais de 60 anos esse projeto, mas andaram mexendo nisso.

Como as pessoas podem notar, Vargem Grande está completamente comprometida por invasões nas matas, destruição. Isso está começando a acontecer na Ilha de Guaratiba. E não vejo nenhum órgão público se manifestar e nem fiscalizar aquilo lá.

A Light invadiu um terreno de preservação ambiental, colocando postes, levando iluminação a residências ilegais. Para mim, a Light é uma companhia marginal: Ligue Light, ligue favela! Fizemos vários questionamentos à Light, mas eles não respondem. São mentiras, inverdades, tudo isso.

Aquela região da Ilha de Guaratiba tinha que ser tombada. Aquela região toda é um apêndice da Avenida das Américas. O Burle Marx ensinou a todos a viverem de plantas. E vão acabar com aquilo tudo! O túmulo do Major Archer é na Ilha de Guaratiba. Foi lá que Burle Marx quis ser enterrado. Essa represa, esse conjunto de nascentes, era para abastecer o curral pequeno da Fazenda do Imperador, onde funciona hoje a Fazenda Modelo. Tem uma caixa d'água enorme da Cedaé que a Cedaé desconhece. Nós doamos à Cedaé! Fomos a todos os órgãos, denunciámo-los. E nada é feito! Onde está o Ministério Público para se manifestar?

Nós somos ameaçados, moramos num lugar ermo, e reclamamos sempre das ameaças, também. E nada é feito. E as coisas continuam como estão. Não vemos o Estado se manifestar.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Está certo.

O SR. SANDRO TEIXEIRA – Entramos com ações até contra a Secretaria Municipal do Meio Ambiente... Não víamos nada funcionar! Fizemos reclamações até de funcionários públicos, mas não conseguimos resposta. Vamos ao Secretário pessoalmente; não chegamos lá, mas vamos.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Sandro.

O SR. SANDRO TEIXEIRA – Que continue todo mundo denunciando!

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Queria chamar a Lúcia Clark, da Associação de Moradores do Jardim Botânico.

A SRA. LÚCIA CLARK – Agradeço, em nome da AMAJB, à Sra. Vereadora Aspásia Camargo e aos demais Vereadores. E, também, ao Sr. do Meio Ambiente, o nosso Secretário.

A AMAJB está defendendo uma causa que se aproxima de todas as outras, das Federações das Favelas, do pessoal da Ilha de Guaratiba. Temos muita ligação com o pessoal da Federação das Favelas.

Na realidade, queremos discutir o Jardim Botânico, não só o bairro. O Jardim Botânico representa a grande pesquisa, uma das grandes maiores do mundo, em botânica. E absolutamente não recebe apoio dos nossos governantes. Como é normal no patrimônio público...

O Jardim Botânico é uma autarquia de 87 hectares. Os senhores podem observar que, em 87 hectares, se pode fazer uma grande pesquisa em todas as etapas que os senhores se queixam. O Jardim Botânico pode perfeitamente apoiar, dar sustentação.

Estamos nessa luta para que o Jardim Botânico seja realmente uma instituição de base para todas as nossas questões ambientais. E, como somos ambientalistas, estamos aqui como ambientalistas, não exatamente como defensores de outras plataformas, mas gostaríamos muito que os governos federal, estadual, municipal e a nossa querida Vereadora Aspásia Camargo e o nosso Secretário prestassem bastante atenção às pretensões da AMAJB.

Muito obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Nós vamos ouvir, agora, a Sra. Márcia Vasconcelos, da FAM-Rio.

A SRA. MÁRCIA VASCONCELOS – Sou presidente da FAM-Rio, a Federação Municipal de Associação de Moradores.

Queria parabenizar a Mesa, mas também fazer um pedido. Na minha ignorância, entendi que tinha que haver uma inversão. Nós, que não sabemos muito das coisas, temos pouco tempo para falar. Então, que primeiro falassem os ignorantes.

(PALMAS)

E por que estou fazendo essa sugestão? As pessoas que estão na Mesa têm as soluções, mas nós não temos solução nenhuma. Queremos buscar solução!

Na nossa ignorância, tudo que falarmos poderá ser corrigido pelos professores, pelas pessoas que estão aqui para dar sugestões. Como temos pouco tempo para falar, às vezes nem conseguimos entender.

Está aqui o Jocelino, que fez uma belíssima conferência comunitária lá em Acari, que ficou superlotada. Aquele povo todo teve a oportunidade de falar, de colocar seu saber em exposição. Quando uma pessoa competente como a nossa Presidente ouvir as minhas barbaridades, ou sabedorias, vai poder me ajudar a entender mais a minha função comunitária nesta Casa.

Outra coisa que eu queria pedir, e que cheguei a conversar com o assessor da Vereadora Aspásia Camargo, é a questão de descentralizar os debates públicos. Meu saber está lá. É lá que estão as pessoas que não podem vir aqui. Aprendo muito quando venho, mas tenho consciência de que tenho que estar aqui para aprender. Não sei nada de meio ambiente. Quem sabe bem de meio ambiente são os que estão na Mesa.

Quando chego aqui e coloco o que sei, tenho a oportunidade de entender se está certo ou errado o que penso. Ouvimos aquelas pessoas das periferias falar de meio ambiente, mas o pessoal não tem água, não tem esgoto. O pessoal de Guaratiba, que conheço bem, está aqui presente e sabe disso!

Se nós invertêssemos ou fizéssemos essas conferências lá... Pode ser neste mesmo horário. Nós vamos conseguir levar pessoas. Mas, seria importante para a cidade ouvir essas pessoas. E com a ajuda dos presentes, fazer isso corretamente.

Fico muito preocupada quando venho aqui para representar uma parte da sociedade que não pode estar aqui. Esse era o pedido que queria fazer.

Outra questão que precisa ser discutida e que essa cidade não discute, não sei por que, é a questão da reciclagem. O lixo acaba com os nossos pântanos, com tudo. E nós vamos sujando a cidade. É preciso ensinar isso. E acho que os debates e as audiências públicas são um bom espaço para isso.

Era o que eu precisava falar. Como sou uma sonhadora, acredito. Tem gente que diz: “Márcia, não adianta mais!” Mas, eu acredito. Tenho 72 anos, ainda tenho o direito de sonhar! E sonho com um mundo melhor. Precisamos acreditar nos debates públicos, que não são da Prefeitura. Porque quando digo que é para discutir lá, não vou ouvir só a opinião da Prefeitura. Esse pacote que recebi é a opinião da Prefeitura. É preciso acrescentar as nossas demandas. Se pudermos descentralizar, abrir espaço para esse pessoal todo falar um pouquinho... Não precisa falar 40 minutos, mas dois ou cinco, vai dar para falar! E irem lá na nossa periferia nos ajudar a resolver problemas, que não são pequenos, que precisam da ilustração dos componentes da Câmara de Vereadores. Todos têm carro! Nós, lá, não temos R\$ 2,20 para pegar uma condução para vir aqui!

Esse era o grito de alerta que eu queria fazer! Achei a exposição do Subprefeito muito interessante, mas queria que ele fosse conversar comigo lá na Zona Oeste, lá na Leopoldina, lá na Auxiliar. Aí, eu ia ter público para me ajudar a resolver o problema de lá.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada. Você é sempre muito incisiva, defende os seus pontos de vista. Estamos examinando, analisando as propostas. Não queremos debates esvaziados ou sem expressão. Precisamos dar densidade a esse processo.

Queria chamar o Roberval Baldini, da Abiama. Não chegou ainda. Então, o Sr. Jorge da Costa Pinto, da Associação de Moradores da Freguesia.

O SR. JORGE DA COSTA PINTO – Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, sou Presidente da Associação de Moradores da Freguesia. Também faço parte do Conselho Diretor da Associação Amigos do Bosque. E represento, como assessor de comunicação, o Conselho Regional de Jacarepaguá, Barra, Recreio e Vargens da FAM-Rio.

Nós entregamos um documento à Mesa, uma síntese do que vou falar. Mas, inicialmente, corroborando o que a presidente da Federação falou, há necessidade de fazer essas reuniões descentralizadas. É uma forma fundamental e necessária de desburocratizar essas audiências públicas. Vamos fazer uma Audiência Pública. Fez, cumpriu a lei, e acabou. Se for uma Audiência Pública para ouvir o público, tem que ir ao público. E, aqui, realmente, é um lugar centralizado, o Centro da Cidade, mas é muito longe para determinadas regiões, para a própria Baixada de Jacarepaguá, o Recreio, Freguesia, Ilha do Governador ou subúrbios mais longínquos.

É necessário que os Vereadores tenham uma discussão interna e que isso venha a acontecer. Espero que aconteça no Plano Diretor, como no Debate sobre os transportes. Amanhã, estaremos aqui no Debate sobre a Saúde, porque é muito importante a saúde pública no Município do Rio de Janeiro e em todo o Brasil.

Aproveitando a visão mais ampla que o Secretário deu sobre a questão de vermos amplamente, de forma holística, a questão ambiental, não podemos deixar nunca de colocar questões pontuais. Começo pela entidade que aqui represento. Estou só eu aqui representando, porque ninguém mais pode vir aqui nesse horário.

A questão da Amigos do Bosque é uma luta que começou em 1982 para a preservação de uma área de 360.000m². Uma luta que passou por muitas fases. Tivemos que negociar uma parte desta luta com o Governo Marcello Alencar, para que conquistássemos uma parte doada pela Diniz Automóveis.

Mas, ainda existe uma questão fundiária importante que estamos tentando levar ao governo. O Governo Cesar Maia não deu ouvidos a isso. É uma proposta de fazer a aquisição dessa área, que ainda é particular, para ser realmente patrimônio do município, em projeto de lei a ser negociado com as autoridades.

A segunda questão é uma questão crônica. A Freguesia é um bairro encostado ao Maciço da Tijuca e à Serra dos Três Rios. A

Vereadora Aspásia Camargo, na presidência da Comissão da Desordem Urbana, esteve fazendo uma visita ao bairro. Nós a acompanhamos, entregamos um documento. Parte está neste documento, Vereadora, onde colocamos o desmatamento e a ocupação desordenada da área.

Toda vez que entram novos Vereadores, entra um novo Prefeito, um novo Governo, não deixa de acender em nós a esperança das coisas serem mudadas. O viés dessa Prefeitura é a questão da ordem. Acho que a questão da ordem, sempre vendo o lado social, tem que ter parâmetros, leis que possam conter o avanço nessas encostas, verdadeiros mananciais de água, como a Represa do Cigano, Represa do Camorim, Picapau, áreas que serviam à região como servidão de água. Hoje, estão comprometidas.

É preciso fazer leis específicas. E quando nós falamos em leis rígidas, queremos dizer que devem ser bem claras, para entendermos que dois e dois não são 22, mas quatro.

Por fim, na questão do Conselho da FAM-Rio, há também a questão do emissário submarino. É uma luta que começou no Governo Chagas Freitas, que queria fazer um emissário de 1,5km apenas com uma tela no final. Essa luta se estendeu por tantos governos, Vereadores, governos do estado. Só agora foi inaugurada a estação de tratamento, mas falta uma coisa fundamental para termos os rios, as lagoas e a própria orla marítima despoluída: a rede de coleta.

Jacarepaguá tem mais de 600 mil habitantes, mas praticamente não existe coleta. Está sendo implementada a coleta, mas faltam as estações elevatórias, os poços de recalque. Depois de tantos anos de luta, de ações da FAM-Rio bloqueando a construção no Governo Brizola, que queria fazer o projeto de qualquer maneira, foi inaugurada a estação. Mas, ela coleta muito pouco. A despoluição das Baías de Guanabara e Sepetiba dependem dessa implementação do começo ao fim.

Recentemente, foi mudada a APA de Marapendi, numa discussão que não ficou clara para a população. Temos também a APA da Freguesia, que não é boa, mas não queremos que fique pior. Por isso, pedimos aos Vereadores e ao Secretário cuidado com essas áreas de preservação ambiental.

Por fim, a criação de parques, como o Bosque da Freguesia e tantos outros na nossa região, onde existem 11 parques municipais. Os 11 parques municipais, cada um com as suas características, um com uma prainha junto ao mar, outro, como o Chico Mendes, diretamente ligado à Lagoa. O nosso tem mais resquício da Mata Atlântica, cada um tem seu perfil. E nós não temos até hoje a manutenção dessas sedes. Recentemente, no finalzinho do último governo, no último mês, saiu um projeto englobando todos os parques do Rio de Janeiro, sobre a proteção da área verde. Agora, ainda falta a parte predial, que também é importante.

Por fim, as saibreiras continuam a acontecer. Tem a Saibreira do Campo de Areia... Acho que o impacto é total. São caminhões enormes que passam a cada minuto, engarrafam o trânsito, não respeitam sinal. E quem vai falar com um motorista de um caminhão de cinco metros de altura carregado? Eles entram, param o trânsito.

Já foi falado na questão do transporte, mas lá o transporte já é um caos. Falam do Corredor T-5, mas a solução é o metrô, que é uma solução definitiva. E esses caminhões causam impacto ambiental. Já se tentou fazer alguma coisa, mas eles têm aprovação, parece até de órgão federal, estadual e municipal. Isso já foi levado à Prefeitura. Não conseguiu embarrear. Mas é um alerta para que essa coleta de material (que na questão de fazer o gride, elevar o gride do terreno na Barra é necessário) não seja um fator que simplesmente acabe com os morros e provoque situações de impacto ambiental enquanto a saibreira estiver funcionando.

Obrigado pela atenção.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Jorge, muito obrigada. A área da Freguesia realmente é uma área crítica. Parece que estão confluindo muitos problemas para aquele mesmo ponto. Então, eu acho que tem que haver uma coisa matricial ali. Sabe por que? É realmente muito triste ver isso.

Eu queria passar a palavra agora ao Vereador Chiquinho Brazão.

O SR. VEREADOR CHIQUINHO BRAZÃO – Sobre o problema do trânsito em Jacarepaguá, tivemos uma Audiência Pública, na semana passada, na quarta-feira, onde falei sobre o trânsito de Jacarepaguá, inclusive. Sobre os pontos de retenção, Sr. Jorge, nós temos uma grande preocupação com isso. O crescimento é inevitável. O número de veículos colocado a cada dia, a cada semana na cidade é muito grande. Isso é uma tendência e nós sabemos que no futuro serão tomadas outras medidas, como São Paulo tomou, que é a troca de placa, par e ímpar. Agora, o investimento tem que ser realmente no coletivo de massa. Tem que ser no transporte de massa. O metrô deve ir para Jacarepaguá, como nós aprovamos aqui, e lutamos por um projeto do Governo do Estado, junto à Prefeitura, na efetivação da venda de alguns terrenos. Nós estamos lutando para que o metrô vá para toda a cidade, mas principalmente para Jacarepaguá.

Sobre o problema que o senhor abordou ali, que eu tenho grande conhecimento em relação até a uma barreira que existe ali, é um problema com que infelizmente todos nós temos que conviver. Mas, dentro de mais alguns anos acredito que Jacarepaguá não terá o título de barreira, barreira, só que nós estaremos dentro do mesmo problema, pois com o desenvolvimento nós precisamos utilizar esse material. Se nós tivermos que receber esse material de fora de Jacarepaguá, por exemplo, se for esse material transferido de Caxias, Magé e outros municípios mais afastados, nós teremos com certeza três vezes maior número de caminhões. E é uma coisa inevitável. Com o crescimento da cidade, crescem as avenidas, as ruas, e é preciso aterrjá-las. Então, nós sabemos que é um problema que afeta muito a cidade, mas como se diz: é um mal necessário, momentâneo, para aquela região que está em desenvolvimento.

Por exemplo, Copacabana já desenvolveu tudo que tinha. Então, não pode ter ali uma barreira, não pode ter ali um sistema desse, porque ficaria inviável. Mas Jacarepaguá, como está crescendo e nós temos lá muitas obras, pavimentações futuras, como vias que atravessarão Bangu até o Recreio, e diversas outras vias, infelizmente nós ainda ficaremos reféns, alguns anos ainda à frente, dessas barreiras, dessas pedreiras. Como falei, é um mal necessário, mas se recebermos o material de fora da cidade, devido à distância, o número de caminhões teria que ser triplicado para dar tempo hábil para que o maquinário todo possa trabalhar, habilitar. E isso seria terrível.

Eu compactuo do sentimento dos senhores, de todos. Gostaria que Jacarepaguá não se transformasse em uma cidade de pedra, porque nós temos muitos projetos aprovados hoje por grandes empresas construtoras. Então, eu tenho essa preocupação. Eu sou Presidente da Comissão de Urbanismo. Tenho feito acompanhamentos. Tenho pedido à Secretaria de Urbanismo, feito requerimentos de informação para ficar a par do que vem sendo desenvolvido. Nós teremos problemas ali de água; que é um problema muito sério. É uma área imensa. Geralmente os terrenos de Jacarepaguá são muito grandes, antigos sítios com uma única moradia, que essa era a característica de Jacarepaguá, e que hoje se transformam em prédios, com 200, 300 moradias. Nós temos o problema de falta de água, falta de iluminação e também das estradas.

Era só esse alerta. Obrigado pela sua posição.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – É isso. Essa questão da sustentabilidade é exatamente como nós estamos vendo aqui. Nas áreas onde há muita construção, onde há expansão de ocupação, a questão ambiental se aguça, fica muito mais grave. Nós estamos vendo aqui que Jacarepaguá e toda aquela área do entorno está realmente pedindo socorro.

Eu queria passar a palavra agora a algumas pessoas que estão querendo nos falar sobre a questão da Amaum. Nós recebemos inclusive aqui uma série de propostas da Amaum e de toda aquela região ali da Usina, especialmente em relação ao PEU (Plano de Estruturação Urbana) que está aqui há algum tempo e que não está satisfazendo a ninguém.

Então, eu queria passar, antes de mais nada, a palavra a Sérgio Barcelos, da Associação de Moradores da Usina.

Você está representando o Sérgio? Então, com a palavra a senhora Maria Lúcia.

A SRA. MARIA LÚCIA – Bom dia aos Srs. Vereadores da Mesa, ao Secretário do Meio Ambiente, ao senhor e a todas as pessoas que se dispuseram a vir aqui nesse esforço que nós estamos fazendo para preservarmos o nosso belíssimo patrimônio ambiental e tornar o Rio de Janeiro aquela cidade, que se não é mais uma cidade pelo seu adensamento, pelos problemas que tem, a cidade ideal, mas pelo menos que a cidade seja a cidade possível do bom senso, da inteligência. Então, nós estamos aqui para, justamente, pedir a contemplação dessas necessidades imperiosas da nossa cidade.

Eu represento a Usina, Alto da Tijuca. O bairro é um bairro de proteção ambiental, é um bairro Aparur. Esses limites entre a cidade e a floresta são amortecidos justamente por essa região, o engarrafamento e a floresta. Para que se chegue na floresta temos que transpor essa região intermediária, as chamadas zonas de Aparur. Nós estamos num bairro que é a própria área de proteção especial de meio ambiente. Porém, nós sabemos que no PEU, em sua versão original, há previsão da construção de condomínios nas encostas, essas encostas que simplesmente são a Floresta da Tijuca, a própria. E o aumento de gabarito das ruas da Usina, embora a Usina seja APA, há 10 ou 14 anos atrás, eu não me lembro bem, pela sua condição. Existe, sim, uma APA da Usina, e não se falava dessa APA da Usina. Quando viemos aqui, na gestão Cesar Maia, conversar com a Secretaria de Urbanismo sobre essa pretensão de se fazer condomínios, de se mexer na floresta de maneira muito pouco transparente, àquela ocasião, nós ficamos muito surpresos.

Hoje nós temos pessoas, que são pessoas magníficas, que são pessoas que tem preocupação com transparência, como falar à população, nós temos a Vereadora, que é um exemplo disso, é uma das mulheres mais inteligentes do Brasil, exemplo para todas as mulheres da minha geração. Temos técnicos, como o Ricardo Calmon, que sempre se coloca à disposição.

Então, nós estamos muito preocupados, porque o Ricardo Calmon acabou de nos dizer, há uma semana, que o substitutivo que aqui se encontra, que foi realmente o texto final, que pode ser aprovado ou não, não contempla com o devido cuidado a questão da cota 100 e da cota 200. Então, nós estamos pedindo que haja esse cuidado, porque nós temos uma floresta que pode ser destruída. Apenas isso, quer dizer, a maravilha do Rio de Janeiro pode ser destruída a qualquer momento. É isso que nós temos aqui a reivindicar: o cuidado com a floresta, com a cota 100, com a cota 200 e o respeito à APA que já existe na Usina – Alto da Boa Vista.

Muito obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Maria Lúcia. Estamos tendo muitos conflitos: conflito sócio-ambiental econômico-ambiental. É preciso que fique claro que as áreas protegidas são áreas protegidas. Queria um esclarecimento do Sr. Secretário sobre isso, se é possível, através de lei ordinária ou que tipo de lei seja, ocupar uma área ambiental. Isso é uma coisa que me preocupa muito, porque estamos o tempo todo enfrentando esse tipo de problema.

Passo, agora, a palavra, a outro representante do Alto da Boa Vista, Sr. Cássio Alves, do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista.

Temos, aqui, inclusive, documentos que vamos divulgar, relativos às reivindicações dessas lideranças.

O SR. CÁSSIO ALVES – Bom dia a todos! Sou Cássio Alves, do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista. Vimos discutindo essa questão do Plano Diretor há muito tempo. Fizemos vários seminários lá no Alto. Nossa lição de casa? Já trouxemos para esta Casa, no início deste ano, que foi o substitutivo da Aparu do Alto da Boa Vista. Esse substitutivo já se encontra na Casa e o seu prazo termina agora, dia onze de novembro, para apreciação das comissões. Ele foi feito em cima do projeto original que o então Prefeito Cesar Maia fez. Aproveitamos tudo o que ele tinha de bom, como a questão da sustentabilidade, a questão de poder se usar as grandes propriedades que hoje existem no Alto, para em vez de virarem loteamentos, virarem condomínios, poder dar uma ação de sustentabilidade econômica para essas áreas, fazendo pequenas pousadas, pequenos hotéis, atividades com pouco impacto ambiental, mas que possam gerar renda para essas grandes propriedades, evitando o esvaziamento que hoje acontece nos bairros.

Então, o apelo que faço à Câmara de Vereadores é para que apreciem esta matéria se possível ainda este ano, e que entre em votação a Aparu do Alto da Boa Vista, que é de fundamental importância para a questão do meio ambiente, já que é um grande patrimônio histórico que temos na cidade.

Em contrapartida, vimos também uma emenda que fizemos com o Vereador Sami Jorge, sobre a criação da região administrativa do Alto da Boa Vista. O Alto da Boa Vista, hoje, é ligado à Tijuca. Mas a Aparu pega vários bairros, ao mesmo tempo: pega São Conrado, Urca, Alto da Boa Vista, Itanhangá. Então, trouxemos essa proposta para o Vereador e ele encampou, para que essa região administrativa do Alto da Boa Vista, chamada por nós de Região Administrativa Verde, englobasse toda a área da Aparu, pois são áreas com as mesmas atividades, com as mesmas questões ambientais, com os mesmos problemas. Então, hoje, uma parte da Aparu na Gávea Pequena, está subordinada à Superintendência da Zona Sul, que está ligada à Tijuca. No Itanhangá, temos que falar com a Subprefeitura da Barra. No Alto, tem que falar com... Então, fica uma coisa descentralizada e acabou que o bairro virou final de linha de todas as Subprefeituras. Os investimentos não chegam, temos um grande problema, hoje, de evasão, as grandes propriedades estão praticamente abandonadas, pois não se consegue dar sustentabilidade ao bairro. E, com isso, o esvaziamento dos empregos. Em 1992, quando foi aprovado o Decreto de Aparu, as atividades econômicas que funcionavam naquele local acabaram. Todas as pessoas que ali trabalhavam foram trabalhar em outro lugar e o Alto da Boa Vista virou cidade dormitório. Sempre que vira cidade dormitório, o que acontece é um inchaço nas comunidades pequenas, porque a

peessoa tem uma casa, faz a laje em cima e aluga para poder gerar renda. Então, o que a gente quer fazer? Com essa criação da região administrativa verde e a aprovação da Aparu, do substitutivo, queremos que realmente o bairro volte a ter a vocação que ele tem, que é cultural, histórica e ambiental.

Então, são esses os dois pedidos que tenho a fazer: que apreciem, se possível, ainda antes do Plano Diretor, esse substitutivo. Todos os Vereadores aqui à Mesa assinaram o substitutivo que foi encaminhado pelo Vereador Eliomar Coelho. E que se inclua no Plano Diretor a criação da Região Administrativa do Alto da Boa Vista, ou Região Administrativa Verde. E vamos ter todos esses bairros que têm o mesmo problema, como a Usina, dentro da Aparu do Alto da Boa Vista. Essa questão da legislação ficaria amarrada numa região administrativa só.

Queria só fazer menção de que quando a sociedade se organiza – vimos isso no Alto da Boa Vista há cinco anos, reunindo-nos categoricamente todas as segundas-feiras para discutir os problemas do bairro – as coisas começam a fluir e a acontecer. Tanto que hoje o Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista é membro efetivo do Conselho Consultivo do Parque Nacional. Esta semana saiu uma matéria em O Globo, Razão Social, que diz assim: “Com o progresso e em paz. Moradores do Vale Encantado no Alto da Boa Vista se mobilizam, fizeram parcerias e criam comunidade exemplar”.

Então, é fácil vir criticar, mas o movimento social muitas vezes se perde e as soluções ficam nas mãos de poucas pessoas. O Debate Público é para trazer soluções. Se ficarmos só debatendo, falando, efetivamente não traremos nada concreto para o Plano Diretor. Quando vierem usar a palavra, já devem ter algo escrito, uma proposta efetiva para entregar, porque este Debate sobre o meio ambiente não vai se repetir. Quem não colocou alguma coisa hoje, já ficou de fora. É importante que as pessoas também se reúnam, discutam e tragam a solução, porque a solução melhor é aquela que trazemos porque é a que vivemos no dia a dia. Essa solução é a que pode ajudar o Poder Público a nos ajudar. Se não temos nenhuma solução prevista, sempre estaremos nas mãos de alguém que achará outra solução. Obrigado!

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Cássio. Sua ideia participativa está, hoje, se estendendo em vários pontos do país, inclusive preparando, justamente, as comunidades para terem soluções, terem propostas, porque elas vivem ali, porque sabem muito bem o que pode ser bom e o que não pode. Acho que isso ajuda muito a cidade a crescer e a amadurecer. Muito obrigada!

Eu quero passar, agora, a palavra, a José Jandir, da Associação de Moradores do Tijuaçu.

Continuamos enfrentando, aqui, essa área crítica. Acho que essa ideia de uma R.A. Verde é muito boa!

O SR. JOSÉ JANDIR – Bom dia a todos! Bom dia, Sr. Secretário Carlos Alberto Vieira Muniz, Vereadora Aspásia Camargo, através de quem cumprimento os demais. O Plano Diretor é para a cidade toda. Tudo agora, Secretário, é meio ambiente. Inclusive, a Secretaria de Saúde já adotou. Estão fazendo as conferências distritais, vai ter a municipal acho que no próximo final de semana: Conferência Municipal de Saúde Ambiental. Então, estamos lá participando, no Pedro II, se Deus quiser!

Trouxe aqui algumas reflexões para todos nós. O Cássio mencionou algumas coisas mas esqueceu de colocar o ecoturismo ambiental, como lá no Alto, que é uma área que está sendo explorada pelos de fora, que vão lá apanhar o dinheiro, o pouco que há. Mas, tudo bem.

Queria dizer a vocês – a Márcia já se antecipou e falou da reciclagem – que o Projeto Bairrinho Tijuacu, que foi lançado em 2001, foi elaborado pelos próprios técnicos da Prefeitura e pelo Dr. José Cândido Lacerda Júnior, que hoje está no Riourbe e seria um projeto piloto para toda a cidade. Infelizmente, não tenho muito a comemorar ainda hoje, mas estamos um pouco avançados. Passou-se o Bairrinho, gastaram-se mais de três milhões, não se construiu tudo o que queríamos. Veio o PAC. O PAC está lá. Neste momento, Secretário, o Alto da Boa Vista não tem rede coletora de esgoto. Não tem rede coletora. Foi uma briga nossa. Eu também faço parte do Conselho Norte da Fan Rio. Ficamos amarrados. Está sendo construída, neste momento, a ETE, Estação de Tratamento de Esgoto do Tijuacu e vão bombear o esgoto do Mata Machado para o Tijuacu. Vejam só! Vai se gastar mais combustível, mais bomba, mais energia, mais isso e aquilo. Então, não tivemos um estudo aprofundado no assunto, mas quero sugerir ao senhor e à Presidente da Comissão – já conversei com Gustavo Trotta e ele topou – o seguinte: por que não fazemos reuniões regionais, por área de Subprefeitura? Ele vai conversar com o Sr. Alexandre Sansão Fontes, Secretário de Transportes, para o impacto do transporte, pois não temos integração com o metrô, para cuidarmos do problema da Aparu e tantos outros que afligem nosso bairro, que possui nove ou dez comunidades. Duas estão contempladas e outras estão naquela situação. Não posso falar pelas outras porque não sou presidente delas.

Queria mencionar a questão da reciclagem. O José Cândido fez um projeto muito bonito para implantarmos a reciclagem, mas esse projeto não saiu do papel por falta de viabilidade, inclusive, de área. E está lá na Mata Machado, hoje, a escola padrão concluída, com o rapaz coletando aqueles bens, que não servem mais, mas de uma forma um pouco... Ele falou que queria um espaço. Então, vai gerar renda e melhorar o meio ambiente, com certeza.

Outra coisa que quero pedir ao senhor é a volta, se possível, dos Guardiões do Rio, porque o Prefeito foi eleito dizendo que iria ampliar o Gari Comunitário e implantar os Guardiões do Rio. Não foi feita uma coisa nem outra. O quadro de garis está deficitário, está desatualizado. Demiti dois garis há mais de um ano e não contratamos; demiti três, não houve contratação; houve aposentadoria por invalidez e nada. Vou deixar a cópia com o senhor. Eu quero que entre e execute, porque com pouco lixo que desce, em dia do mutirão, até eu entro no rio. Ponho a galocha e entro no rio com os garis, para fazer um paliativo, porque não dá para fazer na totalidade, outras comunidades ficam descobertas.

Então, eu quero, que o senhor volte a esse projeto, que é um projeto muito bom, para que o lixo não volte e desça para a Baía de Jacarepaguá. É um pedido, um apelo nosso. Obrigado!

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Eu queria passar a palavra, agora, a Vera Chevalier, da Ecomarapendi.

A SRA. VERA CHEVALIER – Bom dia a todos! Quero cumprimentar especialmente a Mesa, as autoridades, sobretudo as pessoas que aqui estão e lutam pela questão ambiental, não só no dia cinco de junho e no dia da árvore, tenho certeza disso.

Eu queria abordar um aspecto mais genérico da questão ambiental, que vinha pensando, quando tentava chegar aqui paralisada num grande engarrafamento, torcendo para que amanhã melhoremos isso, já que é o Dia Mundial Sem Carro. Ao mesmo tempo, li, hoje no jornal, e fiquei abismada de ver que a cidade vai ganhar mil novos ônibus, movidos a esse diesel péssimo que temos e com o mesmo modelo de veículo. Hoje os degraus são tão altos, que quase ninguém consegue alcançar, a não ser que seja empurrado. Não compete em pé de igualdade com os meios-fios das calçadas e das nossas ruas. Enfim, esse contraste cada vez mais acentuado no nosso País, onde você fala em mudança climática causada pelo aquecimento global e estimula o transporte de tão má qualidade, como esse, sem planejamento! Como se jogam na cidade mil novos ônibus, de repente, sem fazer um planejamento, sem discutir com a população. A única saída, como já ouvi outros companheiros dizerem aqui, é a gestão participativa. Sem discutir, de forma descentralizada, as questões centrais da cidade, a gente não avança na questão ambiental.

Esse tipo de contraste que acontece e o tempo todo a gente vê: ao mesmo tempo em que se planeja um corredor T5, para melhorar, fala-se em construir mais garagens subterrâneas, para mais carros circularem na cidade; em vez de privilegiar o transporte de massa!

No dia em que esses contrastes acabarem, será o dia em que a população realmente participará dessas discussões em suas fases de planejamento. Não adianta a gente vir aqui discutir, de uma maneira muito interessada e participativa, o Plano Diretor e, depois, esta mesma Câmara votar uma lei que modifica totalmente a ocupação e o uso de solo à revelia do interesse da população, como no caso da Baixada de Jacarepaguá, em que a alteração da legislação dentro da APA de Marapendi foi votada aqui, ao apagar das luzes do outro Governo, sem a população ser consultada, propiciando uma absoluta modificação no uso e ocupação daquela região.

Então, a gente está aqui, num esforço, para que essas coisas melhorem. Se esta Casa continuar alterando a Legislação de Uso do Solo e a Legislação Urbanística sem consulta prévia à população, nós estaremos aqui perdendo tempo. E eu acredito que não seja essa a intenção da Casa atualmente, muito menos nossa, que estamos lutando por isso há tanto tempo.

Então, eu queria lembrar isso: necessidade da gestão participativa e da consulta prévia à população de qualquer alteração que haja. Aliás, isso já é lei! Isso já existe dentro do Plano Diretor em vigor e dos PEUs, dos Planos de Estruturação Urbana: consulta prévia à população para qualquer modificação de uso do solo. Isso não vem acontecendo! Se isso não ocorrer, o Plano Diretor pode ser modificado amanhã e a gente só ficará sabendo depois.

Muito obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – É isso aí, Vera.

Nosso objetivo é consolidar uma Democracia participativa. Estamos aqui com o Presidente da Casa, da Câmara de Vereadores, Vereador Jorge Felipe, que veio prestigiar a nossa reunião. Muito obrigada.

(PALMAS)

Os problemas são muitos e a dificuldade que nós temos é de fazer uma lista tão extensa de problemas que a gente acaba desanimando, olhando aquela lista sem fim. Então, uma das coisas que nós queremos agora, que estamos resolvidos a fazer, é realmente implantar um Plano Diretor. Na realidade, o Plano Diretor de 1992 não foi aplicado, ele não foi convertido em um processo real de transformação. Agora, nós estamos, praticamente desde 2002, com sucessivos substitutivos que não se transformam em realidade. Então, nosso objetivo é dar um segmento... Porque também não adianta ter o Plano Diretor se nós não temos a Lei de Uso do Solo. Não adianta ter o PEU que altera o Plano Dire-

tor – meu Deus do céu! –, de certa maneira completamente esta-pafúrdia – se é que eu posso usar esse termo. Porque, na verdade, o PEU é uma licença para mudar o Plano. Então, é sinal de que o Plano também não funciona. Portanto, nós precisamos saber que cidade queremos. Eu acho que, hoje, estamos aqui vendo alguns pontos críticos da nossa Cidade; alguns pontos que incomodam, que são motivo de sofrimento para a população e que, quando nós observamos no conjunto, nós vemos que são coisas que não podem continuar. Esse é o objetivo desta reunião; não é salvar o Rio de Janeiro, porque, para isso, eu acho que nós vamos ter que lutar um pouco mais. Mas, talvez, fazer esse trabalho realmente de descentralização, de organização participativa, para poder ter interlocuções reais, concretas, objetivas, que possam nos ajudar a decidir.

Mas eu quero também dizer o seguinte: a área de meio ambiente é a mais – desculpem-me dizer, mas vocês sabem que eu tenho autoridade para dizer isso! – omissa. Porque, quando existem grandes questões que são votadas nesta Casa referentes a transporte, referentes à habitação, referentes a outros temas, a população comparece, e nós não comparecemos. Então, isso também é o custo, é o preço que nós pagamos pela apatia, pela, às vezes, dificuldade mesmo de comparecer, o que nos traz muito problema.

Eu queria passar agora a palavra à Maria Teresa Serra, que nos honra muito com a sua presença hoje. A Maria Teresa foi, durante muitos anos, Diretora de Meio Ambiente da Eletrobrás. Depois, ela teve um papel importante no cenário internacional, trabalhando e liberando recursos emperrados do Banco Mundial para a Ásia. Então, ela nos traz essa experiência, que eu acho que é muito interessante, de ver o Rio de Janeiro sob o olhar da Cidade.

A SRA. MARIA TERESA SERRA – Muitíssimo obrigada. Bom dia a todos.

Eu queria começar congratulando o esforço enorme que é representando pela preparação deste Plano Diretor. É a tarefa de monta maior. Então, congratulo tanto a Secretaria quanto a Câmara, e a liderança da Vereadora nesse sentido. É uma tarefa dura. É excelente que se possa contar com a participação de pessoas representando várias áreas da Cidade e interesses vinculados ao meio ambiente.

Ocorre-me fazer três observações aqui. Uma, de caráter substantivo; algumas referentes a instrumentos e outra referente à governança em geral, associada ao Plano.

A primeira, de caráter substantivo, é a seguinte: lendo a proposta do Substitutivo nº 3, e o que conhecemos do seu detalhamento e as emendas apresentadas no documento distribuído hoje, a mim salta aos olhos o que me parece um certo viés na colocação do capítulo ambiental: ele tem uma ênfase extremamente grande, muito importante, sem dúvida legítima, na questão que poderíamos chamar do “verde”. Ele é muito desenvolvido, muito detalhado nesse aspecto. Mas a mim surpreende que não se tenha dado maior ênfase a questões referentes à poluição, numa cidade onde esses problemas são extremamente importantes – foram mencionados aqui alguns casos, aliás pelo próprio Secretário. No entanto, eu diria que não vejo essa preocupação no texto atual da lei, do Plano Diretor. Então, num certo sentido, eu diria que é uma área que talvez mereça maior atenção, na medida em que se for elaborando o processo final de preparação do Plano Diretor. Para citar, talvez ilustrar isso, aqui foram mencionadas questões importantíssimas de resíduos sólidos; foram mencionadas questões de poluição de cursos d’água, mas isso não está presente com uma força grande no texto atual. Os recursos hídricos são mencionados, mas talvez se veem mais como afetação ao ambiente, o que é correto, já que estamos falando de meio ambiente, mas é quase como se faltasse uma preocupação com o componente “gente”, dentro do Plano. Ou seja, em última análise, estamos preocupados com a afetação que é da água poluída, do ar poluído, do resíduo sólido, que prejudica a saúde, não só do ambiente, mas das pessoas. Eu acho que isso vem ao encontro da colocação do Secretário, quando ele chama atenção à transversalidade da gestão ambiental. Isso tem tudo a ver com a gestão de saneamento e com outras áreas de preocupação da administração urbana. Acho tudo correto, apenas penso que não estão ancoradas no texto atual do Plano. Por exemplo, quando é mencionada a questão de poluição atmosférica, ela aparece sob o aspecto “mudanças climáticas”. Nada contra a questão, mais do que válida, extremamente importante, de que o Brasil e o Rio, como uma de suas maiores cidades, estejam se colocando a favor de uma redução de gases de efeito estufa, mas eu diria quase que, antes disso, existe a preocupação com gases poluentes, que afetam a população. Acho, então, que está ótima a questão das mudanças climáticas, mas eu acho que a presença de uma preocupação, antes de tudo, com o impacto imediato, seria cabível.

Vou passar para alguns comentários sobre a questão de instrumentos.

Quero comentar que existe menção a uma série de planos, avaliações, diagnósticos, etc. Eu pediria perdão pela minha ignorância. Não se entende no texto se esses planos existem ou se estão sendo propostos. Se eles estão sendo propostos, acho que isso suscita a seguinte questão: quando – em alguns casos estão mencionados; às vezes, pede-se... No caso, não dos instrumentos da área ambiental, mas nos instrumentos de administração, a Lei do Plano Diretor fala em preparação – se não em engano – da Lei de Parcelamento, em um ano ou dois; da Lei de Uso de Solo, em prazo similar. Os demais instrumentos de planejamento são mencionados aqui e ficam desvinculados de um compromisso. E aí, vem a mim o caso que temos ouvido neste Debate, acho que estamos tratando de uma série de temáticas para as quais a população tem reivindicações; o Poder Público se coloca, indicando que vai, digamos assim, que tem uma intenção de planejar, mas é pouco claro com o que ele está comprometendo. A quantidade de instrumentos que estão indicados aqui, na Lei do Plano Diretor, é enorme. E aí, diante de alguma dificuldade que vimos em atender situações já existentes, em Pedra de Guaratiba, em Jacarepaguá, no Alto da Tijuca, fica a questão importante de quais são os recursos, quais são os compromissos, quais são as prioridades, quais são os recursos com que se vão contar. Claro que há menção a um Fundo de Meio Ambiente, mas acho que é uma questão que resulta, de certa maneira, em aberto, dessa quantidade de propostas. Qual é a hierarquia a que se vai obedecer? Quais são os prazos, em última análise, com que o Poder Público, o Executivo vai estar se comprometendo?

A Vereadora mencionou a questão de metas e eu acabei de mencionar a questão dos compromissos. Acho que isso é um termo importante. Concordaria com o Secretário, quando ele diz que uma lei desse tipo não é um lugar onde se vão fixar metas, onde se vão precisar certas coisas. No entanto, sim, eu acho que é uma lei onde se deve pedir que sejam fixados; pedir que sejam constituídas linhas básicas; pedir que sejam indicados os compromissos que estarão vinculados a cada uma das propostas feitas, cada um desses planos que são indicados.

O último comentário que eu faria é referente a interação com a sociedade, muito fruto do que se observa aqui hoje. Acho que, na medida em que a questão ambiental, cada vez mais, vem a ser uma questão debatida, que mobiliza crescente interesse da população, existe a demanda, por um lado, de participar na feitura de planos, na proposição de leis, etc., como foi discutido agora, imediatamente antes, como também na resolução de problemas existentes. Então, acho que - e isso não é uma questão só do ambiental, para a Lei do Plano Diretor, em geral - quase fica em aberto quais são esses mecanismos de contribuição nas formulações e quais são os mecanismos de resposta a questões existentes, que, de alguma maneira, não estão equacionadas. Existem canais e mecanismos transparentes para dar satisfação à população a respeito do que foi proposto pelo Poder Público e como ele está sendo executado.

Eu pararia por aqui: agradeceria muitíssimo.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Nós temos ainda alguns inscritos aqui neste momento.

Eu quero informar que o Secretário só tem mais 10 minutos para ficar conosco. Então, eu queria pedir àqueles que ainda querem se pronunciar que fossem bastante breves e que nos deixassem, depois, por escrito, as suas sugestões, etc.

Senhor Marco Leão Gelman, o senhor tem 3 minutos para as suas questões, do contrário não teremos a resposta do Secretário para as demais pessoas.

Com a palavra o Sr. Marco Leão Gelman, da ONG Aquariana.

O SR. MARCO LEÃO GELMAN - Boa tarde, senhores. Boa tarde, Presidente da Mesa; Secretário, Vereadores, demais companheiros.

Estamos tendo uma bela oportunidade, numa forma diferenciada daquelas que a gente tinha no passado, há algum tempo. Talvez, por um processo de mudança de mentalidade; um processo de mudança de paradigma, pela força de governança, pelo entendimento mais social desse processo e, por isso, eu quero cumprimentar as áreas de Governo aqui presentes.

Eu sou da Organização Não Governamental chamada Contato, Agência Aquariana, que faz parte da Apedema, que faz parte, por sua vez, do Fórum Brasileiro de Organizações Ambientais, embora não esteja, no momento, representando esse Fórum. Estou representando apenas a organização.

Na verdade, eu gostaria de informar que está acontecendo, neste momento, nas escadarias, uma manifestação chamada “Tic-Tac”, em termos internacionais, com relação à conscientização da mudança do clima. Esta manifestação é bastante simpática, bastante pequena, ainda no nosso caso, do Brasil, mas é daquelas em que as pessoas vão para o Metrô, ou outro lugar qualquer em que haja uma movimentação de massa grande, em que as pessoas cantam, dançam, falam, dessa forma afetiva, amiga, terna - sem nunca perder a ternura, por favor! -, da sua necessidade de transformação de tudo o que está aí. E o que a gente lembra é que a gente está sentindo falta de um processo de articulação. A área de governança tem uma série de instrumentos - como bem falou minha antecessora -, ela tem a Agenda 21, tem o Plano Estratégico, tem o Plano Diretor, tem o Plano Nacional de Meio Ambiente, tem o Plano Municipal de Meio Ambiente, tem o Plano Estadual de Meio Ambiente. Deve ser executado, também, espera-se, cabendo ao Secretário definir isso, o Plano Municipal de Mudanças Climáticas. Se não me engano, está em via de acontecer. Mas isso tudo não nos deixa ver uma integração maior no processo da economia social. Hoje, o que a gente tem no Rio de Janeiro? Uma cidade, que é um município, tem um solo bastante reduzido, e está sofrendo uma pressão extremamente grande por parte tanto da pobreza predatória, quanto por parte do interesse do capital predatório. As nossas unidades de conservação estão sendo atingidas dos dois lados, pelas duas formas econômicas.

Quando se fala, aqui, em reciclagem, a gente precisa ter ideia de que existem, próximo ao Rio de Janeiro, na beirada do Rio de Janeiro, duas das maiores fábricas da América Latina de reciclagem de alumínio e de reciclagem de papel. Esse material pode ser trazido, inclusive, para as forças sociais da economia solidária. Com esse projeto de campanha de moradia digna, vem a seguinte questão: como é que alguém que tem de zero a três salários mínimos pode pagar alguma coisa, se não tem dinheiro, se tem zero de entrada de dinheiro?

Então, vem aí uma outra solicitação à Mesa, uma solicitação ao Poder Público, no sentido de que, quando trabalhar com esses dados, venha a trabalhar, não só para zero a três, mas também em outras faixas salariais, num processo de inclusão social que traga essas pessoas ao processo produtivo; que traga as pessoas que estão marginalizadas, que estão fora do processo de inclusão, que tragam essa possibilidade de inclusão. A gente não está falando só, hoje, do passarinho. Nós estamos falando também do passarinho. O ser humano é importante, mas o passarinho também é. Senão, por exemplo, esse problema da dengue não estaria tão sério. O pássaro é um predador de mosquito. O sapo também. E quem está engolindo sapo é a população. Quem engoliu, até agora, nesse processo de discussão de um Plano Diretor, que não foi para frente nessa última Administração, foi a população e fo-

ram os ambientalistas. O que e falou, em termos de Compur, na Administração passada, foi de ocupação, pelo capital imobiliário, dos rios, construindo-se sobre rios e construindo nas margens dos rios. Isso é um absurdo! Tanto é que, na Penha, se não me engano, oito famílias morreram por força de uma enchente. E com as mudanças climáticas, esse quadro vai piorar, tende, pelo menos, a piorar. Inclusive, há estudos que mostram que o nível das águas, o nível do mar deve chegar à Rua Toneleros.

Qual é a estrutura que existe, em termos de população, em termos de definição, por parte do Governo, por parte do capital, por parte do empresário e por parte da comunidade, no movimento social, nas organizações sociais?

O que a gente está pedindo aqui? Uma maior articulação do meio ambiente com o sistema produtivo, com a produção da habitação, com a economia solidária, com a educação básica, técnica e superior, com a ciência e tecnologia. A nossa ciência e a nossa tecnologia têm muitas respostas para essas situações. Nós temos, originária da academia, com beneficiamento de financiamentos, grandes soluções temáticas e técnicas. Nós não temos é a articulação, é a costura. E essa costura é o que estamos precisando hoje, para levar essa ciência e essa tecnologia para a população e para a produção da população, para que essa população possa ser incluída e ter dignidade. Aí, também há outro sistema de financiamento: há a possibilidade, através do Fundo Municipal de Meio Ambiente, de se gerar mais recursos e de se equacionar isso. Há também a possibilidade de se levar a gestão imobiliária, a gestão da construção à própria população, junto com o projeto de assistência técnica, contando com arquitetos e engenheiros. Há necessidade, sim, das grandes empresas imobiliárias, lógico. Elas são as maiores geradoras de renda - vocês podem ver, hoje, nos maiores jornais do país. Agora, há também a possibilidade de, com uma educação, com uma orientação, levar à população um processo de gestão dos seus próprios negócios; e criar, com base na educação, com base na inclusão social, através do financiamento da educação, no conhecimento da tecnologia, da assistência técnica, condições para uma alimentação segura, uma moradia segura, uma sobrevivência segura e um respeito seguro às leis da natureza.

Agora, uma denúncia. No material em que o Rio de Janeiro está sendo promovido, para as conquistas esportivas, está aparecendo outra vez aquele nefasto hotel que está sendo construído no Aterro da Glória. Eu gostaria de fazer uma denúncia, solicitando que, no material que está sendo divulgado no exterior, esse processo apareça.

O que foi recomendado é mais espaço de discussão; levar os debates públicos às áreas de planejamento e às administrações regionais, apoiado no processo da Agenda 21; apoiado no processo maravilhoso que foi feito, o Plano Estratégico.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Muito obrigada, Marco.

Eu quero passar a palavra ao Paulo Saad, que estava inscrito, mas que, por alguma confusão, entrou numa lista e não entrou na outra. Eu quero passar a palavra a ele. Depois disso, o Secretário vai responder às intervenções e vai ter que se retirar, pelo adiantado da hora. Ficaremos com seu substituto, que vai nos honrar muito com sua capacidade de representar a Secretaria.

O SR. PAULO SAAD - Senhora Vereadora Aspásia Camargo; caro Vereador Roberto Monteiro; Sr. Secretário Carlos Alberto Vieira Muniz; Sr. Pizzotti, colegas de Associações de Moradores, profissionais aqui presentes, funcionários da Prefeitura, colegas, é importante sempre a experiência desses debates públicos. Venho aqui trazer um pouco da discussão e das conclusões dos esforços da Associação de Moradores de Santa Teresa.

De saída, Sra. Presidente, eu queria reiterar a proposta de a gente centralizar esta discussão - pode contar conosco, no que pudermos ajudar, para garantir a expressão desses debates.

Eu queria dizer ao Vereador Roberto Monteiro que é um prazer saber que V. Exa. está na Relatoria. É uma conquista, certamente, do seu trabalho. Quero dizer que nós precisamos da sua ajuda, até para poder consolidar essa experiência de abertura de espaço de negociação das Associações de Moradores com a Prefeitura. É claro que, como V. Exa. mesmo disse, nós tivemos muitos problemas, durante muitos anos, com a Administração Municipal; problemas de todo tipo, entre eles, o não reconhecimento de Área de Proteção Ambiental e outras coisas - digo, não reconhecimento efetivo. Mas recentemente, com o advento dessa nova administração, a gente tem tido, de fato, janelas, aberturas de negociação, de representação, de entendimento. Uma delas está aqui presente, a Secretaria de Meio Ambiente, o Secretário Carlos Alberto Vieira Muniz. O Pizzotti já é nosso companheiro de lutas de muitos anos, um tradicional batalhador da área ambiental.

Primeiro, eu queria comentar a fala do Secretário, inicialmente pela questão do Dia da Árvore, que é importante comemorar. Eu acho que, nesse caso, a gente deveria começar a conversar sobre qual é o Plano Diretor da arborização urbana. Temos um problema grave na questão da variável econômica, na questão da poda e conservação de árvores. A Comlurb precisa ter uma prática melhor disciplinada no trato dessa função. Só a variável econômica não atende; em especial, não atende nas unidades de conservação. (PALMAS) Há casos, por exemplo, de duas praças em Santa Teresa, a Praça Odilo Costa Neto e a Praça do Corvelo. Não estou falando da poda agressiva, da poda desmotivada. Você tinha que ter um poste de quatro metros, coloca-se um poste

de sete e se poda agressivamente a copa da árvore, para garantir um poste rodoviário de sete metros, quando na verdade o poste que tinha que estar ali deveria ser de quatro, e a árvore teria que se manter.

Então, existem algumas contradições sobre o que a gente deve pensar na hora dessa prática. Agora, com relação à questão de quem faz, no caso das APAs, talvez fosse o caso de se pensar de devolver a Parques e Jardins. Não sei. Enfim, criar condições que a variável ambiental seja a principal variável, pelo menos, no caso das unidades de conservação.

A questão disciplinar, também. A Light faz podas agressivas que são, muitas vezes, assassinas.

Eu acho que isso é uma sugestão. A outra questão, com relação ainda ao Dia da Árvore, é a luta contra a grilagem nas encostas.

Hoje em dia, a ocupação - que antes era de ocupação social - é pura grilagem. Recentemente, teve um avanço da Júlio Otoni, naquela área do Morro Nova Contra. Ali, a gente tem dois... Tipo “Minhocão” da Rocinha, tem o “Minhocão da Júlio Otoni”. O cara veio de fora; ocupou, construiu para alugar. Isso, cortando várias árvores e avançando na mata. A gente tem que entender que é importante, sobretudo nas áreas de preservação, em especial no caso das áreas de amortecimento do Parque da Tijuca, com vários representantes aqui, que a gente tenha uma política mais presente de relocação e de controle do desmatamento e do reflorestamento, que eu entendo como uma medida que tem que se expandir francamente. Tem nosso apoio incondicional o aumento dos recursos para o reflorestamento.

A questão da seleção de resíduos, eu acho que é preciso que a gente incentive a seleção doméstica, a seleção na casa das pessoas, as pessoas serem incentivadas a fazer essa seleção, essa separação. Isso não acontece muito, porque, pelo menos em Santa Teresa, a realidade é a seguinte: as pessoas têm um questionamento sobre o destino final. Há confusão sobre como se resolve isso, depois que seleciona. Então, dizem o seguinte: “O trabalho de seleção, se não vai dar em nada, eu não faço.” Então, é preciso que se exponha isso. A gente tem dificuldade com relação a isso, porque as pessoas não se sentem motivadas. A gente os orienta como selecionar em casa, mas depois eles veem o mesmo caminhão que pega o lixo num dia pegar o da seleção. Então, eles ficam confusos.

Outra questão importante em Santa Teresa, que está coibindo a seleção, é que se coloca o lixo selecionado e os catadores vêm antes, passam antes. Isso é o que as pessoas têm visto. Aí, as cooperativas acabam competindo com a seleção feita pela Comlurb. Então, é preciso, também, resolver esse impasse. Parece que não é só lá.

A questão do Dia Sem Carro me suscitou questões com relação aos transportes, sobretudo para unidades de conservação.

Nós temos uma questão, sobre a qual nós já discutimos com o Parque da Tijuca, que é o problema de dificuldade de transporte público para as Paineiras. Há, na Secretaria de Transportes, um estudo feito por um arquiteto conhecido nosso, Luís Paulo Gerbasse, uma figura conhecida na Prefeitura, que é uma tentativa de fazer com que, até às Paineiras, chegue o transporte que leve o indivíduo que não está no grupo turístico ou que não tem automóvel. Ele não tem automóvel e não faz parte de nenhuma agência de turismo, mas ele pode pegar o ônibus, chegar lá, pagar R\$ 5 e ir ao Corcovado, vai ao monumento, visita as Paineiras e faz um programa por um preço, que não é o preço de R\$ 36, para ir de trezinho, ou pagar um táxi. Essa viabilidade do transporte público para as Paineiras pode garantir um maior comprometimento da população com a questão ambiental, pela possibilidade de ir ao parque sem ser dono de meios mais sofisticados e individuais de chegada.

Com relação à questão da APA de Santa Teresa, eu queria primeiro transmitir o reconhecimento dos moradores de Santa Teresa em face da iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente de publicar o edital para o Conselho Gestor da APA. Isso é um avanço importante, todos os Conselhos Gestores. Eu acho que essa medida de estimular a sociedade para se movimentar e se mobilizar em torno dos Conselhos Gestores das áreas de viabilidade de conservação é uma lição fundamental para o progresso da política ambiental aqui no município.

Entendo que isso vai demandar um esforço do Executivo, não só Municipal, mas também Estadual, e até Federal, de disponibilizar pessoal, e aí eu acho que o concurso a que o senhor se referiu, é fundamental, porque é preciso que a Secretaria de Meio Ambiente tenha profissionais acompanhando cada Conselho de Gestor, e as outras Secretarias também. A gente sabe que sem esses profissionais para dar suporte aos Conselhos Gestores, estes acabam sendo muito difíceis de administrar.

Então, é importante caracterizar essa questão. Também é importante caracterizar a questão do bonde, em Santa Teresa, como um fator importante da alma da nossa APA. A APA de Santa Teresa tem esse aspecto, que é da preservação natural, preservação ambiental, mas também a preservação cultural, que é importante que haja essa ligação, porque uma coisa e a outra tem tudo a ver. Não dá, por exemplo, para o Plano Diretor propor um aumento do IAT - Índice de Aproveitamento de Terreno de 1 para 1,5, em Santa Teresa, 50% do índice de construção, como está proposto pela SMTU, para Santa Teresa, numa área que é uma macrozona controlada. Entretanto, está sofrendo essa ameaça de ter 50% de seus quintais ocupados. Porque se você aumenta de 1 para 1,5, quem tem 1, vai querer fazer o “puxadinho”. E aí você vai aumentar a impermeabilização, você vai diminuir a cobertura vegetal, numa área que é de macrozona controlada - parece até uma contradição, em termos, já que você propõe um aumento de 50%

de IAT, numa área macrozona controlada. Então, fica a sugestão de emendar a proposta de Substitutivo nº 3, feita pelo Governo, de aumento de 1 para 1,5.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Obrigada, Paulo, senão ele não vai poder responder.

O SR. PAULO SAAD - Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Vamos começar. Nenhuma interlocução ficará sem resposta. Isso é o que eu quero dizer. Quem estiver insatisfeito, querendo aprofundar mais algum tema que foi abordado aqui hoje, terá o espaço para isso, e nós não vamos deixar sem resposta.

Eu passo a palavra, agora, ao Secretário.

Doutor Pizzotti, pessoa muito qualificada, não sei se todos o conhecem, é uma pessoa que sabe, conhece muito bem o seu ofício, e tem uma enorme responsabilidade na Secretaria, vai continuar conosco para esclarecer, para ouvir as últimas pessoas que querem falar e esclarecer dúvidas.

O SR. SECRETÁRIO CARLOS ALBERTO MUNIZ - Eu vou procurar interagir.

A primeira questão que acho importante é a seguinte: é normalíssimo que todos solicitem, cada vez mais, Audiências Públicas, Debates e tal. Agora, que a gente faça isso sem deslegitimar o esforço que cada um de vocês está fazendo, o Poder Público está fazendo e que a Câmara está fazendo, para que a gente não reduza o peso importante, para uma experiência democrática, que esse Plano Diretor está incorporando. Isso não é para se opor a ter mais Audiência Pública, mas também não é para a gente sair daqui com a frustração de que o Debate não está, não vai, ou não chega aqui, e cada hora a gente sai com sensação muito mais de frustração do que de ganho.

Em segundo lugar, acho que vocês deram várias demonstrações da importância da aprovação da votação do Plano Diretor. Quando vocês falam e vários que me antecederam falavam dos programas de reciclagem, ora de Turiaçu, ora do Jardim Botânico, ora de... Estão falando, basicamente, o quê? É fundamental que esse assunto esteja regulamentado para virar uma política do Município do Rio de Janeiro, e o Plano Diretor é que garante isso. Porque a reciclagem não tem sustentação, se ela não estiver alicerçada num grande programa de coleta seletiva. Um grande programa de coleta seletiva é que vai estar dando as condições de a gente estar garantindo ao morador de que a separação vale a pena, que ele pode se incorporar, e que isso é uma forma dele aderir, contribuir com a melhoria da qualidade do meio ambiente.

Agora, se a gente não sustenta esse programa de coleta seletiva, que até hoje nós temos uma oposição clara em relação à coleta seletiva. Ela não foi implantada de forma substancial, porque a política anterior do município era contra. E por isso se fazia pequenos arremedos, aqui, para dar a sensação; mas, ao mesmo tempo, eram arremedos que usavam como instrumento de coleta o próprio caminhão compactador. Em quantas escolas, a criança não separa o material, não traz o material da sua casa separado; vai lá a Professora, coloca os diversos locais para receber o material. E logo no final da tarde, passa o caminhão compactador, joga tudo junto e leva embora tudo junto!

Quer dizer, então, por quê? Porque não há uma política de coleta seletiva, e sem política de coleta seletiva adequada, não há política correta com as Cooperativas de Coletadores, e não haverá sustentabilidade a um programa de reciclagem. A não ser programas que acabaram dando certo, porque eles têm no seu interior um brutal viés econômico, que é a coleta de latinha, porque ela traz no seu interior um valor agregado nessa coleta muito alto, que lhe deu sustentabilidade sem a articulação organizada do Poder Público.

Então, isso é o primeiro elemento. O que acho que valoriza a aprovação de um Plano Diretor que tem uma política de resíduos sólidos, que incorpore isso.

Em segundo lugar, uma questão de ordem geral, que também algumas pessoas falaram, algumas entidades, mas principalmente, parece-me, Santa Teresa, ali se falou nisso muito, que é o fato de a gente estar falando da política do verde e não estar desenvolvendo uma profunda política de controle ambiental, de controle da poluição.

Quero chamar à atenção para o seguinte: não sei se houve problema na distribuição do material aí. Mas, quero dizer que no Plano Diretor está absolutamente resguardada uma profunda política de controle contra a poluição. Nós temos aqui, só para citar: “Do controle e monitoramento ambiental”; que é na página 44, Plano Diretor.

Então, vem, profundamente, desenvolvido isso, sem falar que esse Plano Diretor, de forma moderna, incorpora algumas questões que estão muito ligadas, não à questão das medidas contra o aquecimento global, mas medidas da vida urbana, da Cidade, como a Cidade do Rio de Janeiro.

Nós temos um artigo, absolutamente novo, que coloca, no que se refere às “áreas contaminadas e passivos ambientais, caberá ao Município...” Aí, vem disciplinando... Você não tem aí? É por isso; isso é o que eu estou observando. Eu percebi que na distribuição que foi feita, para você ter feito essa menção, com certeza você não tinha. Mas o Plano Diretor, a Emenda 3, completa inclusive, incorpora Auditoria Ambiental, que é algo que também não fazia... Em suma, nós estamos aqui com todos os instrumentos à área de poluição, que não se circunscreve, exclusivamente,

à questão não só do verde, mas, também em relação às questões de mudanças climáticas. Elas também estão bem tratadas aqui.

Essas são as duas questões das três, que eu percebi de caráter bem gerais, que eu gostaria de tratar com vocês.

Do ponto de vista particular, acho que a insistência, três oradores de Comunidade, ligados à Floresta da Tijuca, em particular ao Alto da Boa Vista, ali eu também me remeto ao Plano Diretor; sem falar no caso de eu estar interpretando corretamente certas questões que foram levantadas, de conflitos entre cota 100 e cota 60..., cota 200! Mas, o Plano Diretor amarra e coloca que são consideradas zonas de conservação ambiental as áreas acima da cota 100 metros. Então, quando ele amarra isso, qualquer outra aventura acima da cota 100 entra em conflito aberto com o Plano Diretor. E isso é uma conquista que nós não tínhamos anteriormente. E vamos passar a ter essa regulamentação e aprovação do Plano Diretor, aqui pela Câmara de Vereadores.

Do ponto de vista de questões bem pontuais.

Tenho aqui um depoimento, eu acho que nós não estamos procurando fazer uma gestão aberta ou transparente. Queremos que a gestão seja, absolutamente, aberta e transparente. Não é uma questão da janela, não é uma questão de frestas de portas, quer dizer, todos os instrumentos que corroborem para que a coisa se abra, e tudo aquilo que explicita como algo que possa estar nebuloso, tem que ser levantado em cada área.

Lembro que enfrentamos há pouco um Debate sobre o Bosque da Tabebuias da Barra da Tijuca, foi colocado na grande imprensa, um alarido... Como se a gente tivesse querendo violar e acabar com o Bosque das Tabebuias.

Qual foi a nossa atitude? Lá enfrentamos um problema, acho que foi um problema interno na Secretaria. Um Técnico, nosso, com seu pleno direito de ação, foi lá e autuou, e autuou de uma forma que me chamou à atenção, pelo alto valor das multas aplicadas. Eu mandei pegar o processo. Verifiquei que dentro do próprio processo, em épocas anteriores, esse mesmo técnico, pelas mesmas razões, viu lá o rebaixamento do lençol freático, e naquela época não deu a interpretação que estava dando agora para o problema do rebaixamento do lençol freático.

Não é cabível isso! O que eu fiz? Instaurei uma comissão, colocando o aspecto mais multidisciplinar dentro da Secretaria, para que a gente analisasse isso, desse uma resposta em relação a isso e não ficasse considerando, pela intuição do técnico, as condições de estar penalizando algo que já guarda em si uma enorme fragilidade, que é o problema do Bosque das Tabebuias, que não incidia só do problema daquela construção dentro daquela área da APA das Tabebuias, mas também da Salvador Allende e assim sucessivamente.

E esse trabalho está sendo feito dentro da Secretaria. Não suficiente com isso, reunimo-nos com jornalistas do O Globo, para discutir todas as questões. Por quê? Porque se insinuou que teria havido ali contribuição para a campanha eleitoral do empreendedor que tinha interesse no Bosque das Tabebuias. Não tem problema! A contribuição eleitoral é algo democrático.

Agora, qual é o problema que está aqui? Qual é o aspecto lesivo? Então, vamos lá. Abri o estudo. Entregamos o processo, mandamos para o Ministério Público. Em suma não é discussão que tenha que ser levada pelo canto.

Então, com essa primeira observação eu quero dizer que considero que há uma lacuna explícita na atuação da Secretaria de Meio Ambiente, que eu não consegui resolver até agora. É o desafio de a gente enfrentar as ocupações feitas em áreas de preservação ambiental, feitas em áreas que não poderiam ter esse tipo de ocupação. Isso eu não consegui vencer, as resistências que vão, desde o tipo de parecer, que são pareceres, que muitas vezes não guardam a responsabilidade de estar explícito em relação ao problema, até o andamento em relação à compreensão da Procuradoria do Município em relação a esse tipo de questão, e até a inércia que existe de a gente procurar articular o conjunto dos órgãos que podem interagir. Porque a Secretaria de Meio Ambiente é uma Secretaria que não tem instrumentos próprios: ela não tem empresas embaixo; ela não tem instrumentos – e não deve ter!

Quero aproveitar esse depoimento para dizer que, como políticos, jamais reivindicamos, e como Vice-Prefeito, jamais achávamos que a Rio Águas tinha que estar na Secretaria, que a Comlurb tinha que estar na Secretaria, que tal Instituição e assim sucessivamente. A Secretaria está composta com a forma de articulação que permite resolver os problemas afeitos à sua esfera de atividades. O nosso problema é resolver política e administrativamente essa tomada de decisão.

O Secretário acha isso, tem que agir. A única que nós conseguimos agir foi no costão da Niemeyer. Nós temos problemas no Cantagalo; no Pavão-Pavãozinho. Acabei de receber aqui o relatório da nossa companheira, filha do companheiro Paiva Muniz. E eu quero deixar claro para vocês: todas as denúncias em relação a isso, façam convergir para a Secretaria; a decisão política-administrativa é de agir, é de resolver o problema; se eu não conseguir resolver, com os meios internos da Secretaria, eu vou usar o Ministério Público. Em suma, eu vou dar respaldo. Não há nenhuma restrição a que a gente se articule com o Ministério Público, pelo contrário, nós estamos, absolutamente..., fiz várias reuniões com o Ministério Público, farei outras.

Queremos agir! Mesmo a impaciência do Ministério Público de pedir, de cobrar dez vezes, achando que a nossa máquina pública é uma máquina com agilidade suficiente, mas o Ministério Público faz o papel dele. E a gente tem que saber enfrentar esse tipo de coisa.

Então, essa é uma lacuna que a gente vai superar. Eu tenho certeza de que a vontade política e a decisão política superarão obstáculos que nós não conseguimos superar até agora. Mas, vamos superar.

Então, com isso, eu espero, brevemente, estar respondendo à Sra. Patrícia sobre o problema de Guaratiba.

Temos questões, como no caso de Guaratiba, que pegam, o dela aqui, é na Ilha de Guaratiba. Mas a Barra de Guaratiba é um verdadeiro assinte! Do ponto de vista geral do Estado, a gente tem lá, de aprovar leis que acabam não sendo leis para valer.

Nós temos a APA de Guaratiba; nós temos o Parque Estadual de Guaratiba; e nós temos uma outra Instituição dessas de Meio Ambiente em Guaratiba. Nenhuma delas têm condições de se implantar; porque para serem implantadas, as áreas têm que ser desapropriadas, a área tem que ser legalizada, do ponto de vista do Poder do Município.

Então, o que nós temos aí é uma sobreposição: área do Estado; área teoricamente, do Município; e, principalmente, o que acontece no fundo, é que lá na Barra de Guaratiba, grande parte da área é de propriedade privada com RGI! Não é de propriedade privada do cara que diz que é dele, não, é de RGI, lá.

Então, enquanto a gente não resolver essas sobreposições, essas definições de ficar decretando áreas, como nós decretamos diversas vezes, aqui, e herdamos um emaranhado, que até agora...

Por exemplo, Bosque da Freguesia. Esteve aqui o companheiro da Associação do Bosque da Freguesia. Qual é a realidade do Bosque da Freguesia? Nós temos que desapropriar a área do Bosque da Freguesia! Enquanto não desapropria a área, você monta lá, faz isso, mas você não desapropriando a área do Bosque... E aí, eu quero dizer ao companheiro que no Orçamento desse próximo ano, em 2010, já estão alocados recursos para que a gente possa desapropriar o Bosque da Freguesia.

Agora, você fica herdando um montão de esqueletos, e esses esqueletos começam a ter dificuldades até de entrar em filme de fantasma! Ganhar vida! Sair andando por aí! Porque no fundo, você não tem gestão, possibilidade de gestão sobre cada um deles.

Bem, Bosque da Freguesia, reciclagem...

Bem, negócio de esgoto, o problema do Maciço da Pedra Branca.

O Maciço da Pedra Branca é gestão do Estado, não é gestão do Município, ele é um Parque Estadual.

O que nós estamos fazendo? A mesma coisa que nós fizemos com a Floresta da Tijuca, que é um próprio Federal; que não é nem um próprio Estadual, nem Municipal, é Federal. Então, nós fizemos um convênio em que o Estado, o Município e o Governo Federal fizeram um pacto de gestão conjunta. Então, nós temos lá, está lá o nosso Administrador, o nosso Calmon, que é o Administrador pela Chico Mendes, e nós temos um Administrador pelo Município e eles se interagem. E tem lá um outro braço da Prefeitura, que está lá, permanentemente, dentro da Floresta da Tijuca.

Então, ali, nós conseguimos começar a compor melhor. Apesar de que tem coisas que a gente assume, mas vem a Licitação lá do Governo Federal, para dizer como é que tem que ser o hotel das Paineiras; isso é feito só pelo Governo Federal, sem uma audiência correta, clara, breve. Mas isso foi em cima da linha em que a gente estava fazendo o pacto. Nós estamos lá botando o policiamento, estamos botando a limpeza. Em suma, estamos conseguindo uma ação harmoniosa.

Qual é passo no Parque da Pedra Branca? O mesmo. Nós estamos organizando um convênio, para fazer gestão compartilhada e passar para o Município a gestão do Maciço da Pedra Branca, para que a gente possa com isso organizar melhor as áreas, a função de cada um ali dentro.

Saibreiras? Ora, de fato, ele não é um instrumento de licenciamento municipal. Dentro do convênio que nós temos com o Governo Estadual, no licenciamento, a saibreira permanece, como um licenciamento, do ponto de vista ambiental, do Estado, mas isso não é para a gente se omitir.

Na verdade, uma Cidade como o Rio de Janeiro, a gente tem que combinar isso. Ninguém quer uma estação de tratamento de esgoto sanitário; ninguém quer uma saibreira; ninguém quer nada disso em volta da sua casa. A Cidade vai se expandindo, normalmente essas coisas não estão dentro da Cidade, ou em volta das casas, as casas vão chegando, e a gente vai tendo que administrar esse tipo de conflito gerado. Agora, que precisa ter, precisa! Porque a Cidade precisa!

Então, nós temos. Há pouco tempo nós interditamos a saibreira, não estou lembrando do nome, mas a grande saibreira, ali, da Região de Jacarepaguá, que todo mundo reclama e tal, ficou interditada. Nós não podíamos, do ponto de vista legal, tomarmos atitudes! Conseguimos chegar a um acordo de cavalheiros! Não era a nossa atribuição, era do Estado! Chegamos a um acordo de cavalheiros com os proprietários, colocamos uma série de exigências para o funcionamento, e isso vem sendo cumprido pouco a pouco.

Hoje ela está aberta, funcionando de forma mais adequada. Mas nós estamos vigiando ainda, porque não cumpriram a implantação, lá, do plantio necessário que tinha que se fazer...

Então, é uma corda bamba e vigilante, permanente.

Turiação já falei.

Bom, a questão que a Sra. Vera Chevalier falou aqui. Dia Mundial Sem Carro e as contradições que esse Dia Mundial Sem Carro encerra; com a questão de garagem subterrânea; com aumento de número de ônibus... Ora! O dia que acabar a contradição na vida, a gente para! Nós temos que olhar se a contradição é boa ou ruim. Acho que a contradição que nós estamos vivendo é boa. Advogar a ideia do Dia Mundial Sem Carro; nós estamos jogando contra o individualismo; nós estamos jogando para o uso correto e estamos trabalhando para que haja o transporte coletivo. O transporte coletivo – ônibus – é muito melhor do que o carro, individualmente. Se pudermos ter um combustível mais adequado para o ônibus, nós vamos – o que não é uma atividade do Município, não é uma responsabilidade nossa – conseguir que a Petrobras, enquadrada e controlada pela ANP e pelo Governo Federal, implante, decididamente, um combustível com menos, com menor teor de enxofre. Agora, enquanto não faz isso, eu vou ficar de braços cruzados? Ampliando as vias de carro, fazendo mais viadutos? Enchendo a Cidade de mais viadutos? Não!

Então, o que nós estamos fazendo? Estamos jogando no Dia Mundial Sem Carro, trabalhando contra a ideia do individualismo do carro, estamos propiciando a ideia de ampliação dos veículos.

E quanto à garagem? A implantação de garagem nos planejamentos que estão sendo feitos são implantações de garagem fora dos Centros! Nós, hoje, temos no Centro da Cidade... Porque nós vamos ao projeto e vamos implantá-lo, eu tenho certeza que nós vamos terminar a gestão. E muito antes disso, já teremos implantado a possibilidade de recuperar a Avenida Rio Branco para o pedestre! Nós vamos tirar os veículos de dentro da Avenida Rio Branco. E vamos fazer isso, não é para dizer que não pode ir de carro, você pode. Você vai de carro e para na Praça Mahatma Ghandi e vai para a garagem subterrânea ali. “Ah, não, é cara!” “Então, vai de ônibus! Vai de Metrô, deixa o carro na garagem!” Vai de carro, usa a garagem subterrânea que tem na Santa Luzia com a Presidente Antônio Carlos. Ambas, garagens subterrâneas estão ociosas ainda.

Então, ninguém fez uma garagem dentro da Avenida Rio Branco, embaixo da Avenida Rio Branco! Ninguém fez uma garagem dentro da Presidente Vargas! Fez-se garagem em pólos que fazem com que você venha de carro e não entre no Centro da Cidade, no miolo da Cidade. Então, são planejamentos que são corretos.

A própria discussão, agora, nós vamos ter que esvaziar a praia de automóveis. Não adianta a gente ficar potencializando, reverberando a ideia de que nós somos uma cidade turística; que nós vamos fazer a Copa – que já é um dado concreto – que nós vamos às Olimpíadas de 2016; que nós vamos ter um grande acervo, um grande ganho ambiental da Cidade, se não conseguirmos soluções para o afluxo de carros dentro das praias da Cidade. Essa discussão tem que ser enfrentada. Não adianta ficar dizendo que não pode ter garagem subterrânea porque incentiva o automóvel. Essa é uma visão de quem não está tendo a visão holística, a visão do todo. Não adianta fazer como nos primórdios, a gente pegar lá o trabalhador porque tem a exploração das mais valia, ele ficar quebrando as máquinas e achando que a máquina que é o adversário dele. Quando na verdade nós não vamos mudar o hábito da nossa população, se nós não a levamos a compreender o uso racional do automóvel. Nós não podemos ficar agora de braços cruzados, olhando dentro das nossas praias, quando chega no domingo fica impossível andar na Zona Sul. Para nós adotarmos medidas restritivas e disciplinadoras e mais fundas, temos que abrir algumas alternativas. Então essa discussão terá que ser enfrentada.

E ninguém fará mudança em Plano Diretor nenhum da Cidade sem discutir caminhos tradicionais e fundamentais dela. É outra forma de ficarmos discutindo sem ir ao âmago da questão. Ficamos discutindo pelo método e não entra no miolo. Nós podemos ou não discutir se devemos mexer no Plano Diretor da APA de Marapendi. A Secretaria está estudando isso e não esconde que está estudando isso.

Agora, quando ela chegar à conclusão que pode, ela vai discutir com a sociedade por que ela acha que pode. Agora, ela pode, e não é porque ela pode, quer e vai fazer. É porque ela vai propor, porque se ela achar que aquilo traz um ganho maior para a sociedade. Essas coisas não são estáticas. A gente não pode fugir dos reais debates pela questão de método, pelas questões de critério, pelas questões de princípios teóricos. Não, ninguém vai fugir de respeitar a metodologia democrática. Agora, ninguém fugirá também de alertar para determinadas mudanças que possam, se comprovado, trazer progresso, trazer melhorias. Não devemos ficar substituindo uma coisa pela outra. Então é desse ponto de vista.

Queria terminar, falando sobre a questão da poda e da Comlurb. Quero dizer a vocês que quando entrei para Secretário de Meio Ambiente, entrei também com a ideia na cabeça de que tenho várias críticas da maneira geral pela qual a poda vem sendo feita em algumas áreas da Cidade. Também tenho uma série de críticas da forma pela qual o imobiliário de iluminação também foi planejado na Cidade. Estou de acordo de que tem lugares que é para quatro metros, não é para sete.

Tudo isso estou de acordo. Agora, no fundo, a grande revisão não está aí. A grande revisão é a gente conseguir convocar a sociedade para que, do ponto de vista técnico, a gente vigie o trabalho de poda que está sendo feito, do ponto de vista técnico. Porque se ela passar a voltar a ser feita pelo Parques e Jardins, não vai haver grande mudança, porque o Parques e Jardins vai ter que fazer licitação pública para contratar empresas privadas para executar essa poda. Ora bolas, quando percebi isso, vi que essa não é minha polêmica. Não quero ficar aqui discutindo um problema, para depois ficar pageando as empresas privadas da execução de um trabalho, quando na verdade tenho lá uma empresa pública de uma eficiência comprovada. E a Comlurb é uma boa empresa pública dentro da Cidade do Rio de Janeiro. O debate está no modo de fazer o controle técnico. Então, na última reunião do Conselho de Meio Ambiente do Município, estavam lá presentes: o Crea, a Associação de Engenheiros Florestais, associações que têm uma interveniência técnica nessa questão e convoquei também para que pudessem participar desse trabalho de acompanhamento, para que a gente enquadre. Porque cada um desses lugares tem que ter um engenheiro florestal acompanhando a poda da Comlurb. É assim que a equipe é montada.

Então vamos ver a qualidade desse trabalho. Vamos fazer o Crea e a Associação dos Engenheiros Florestais acompanhar e cobrar o andamento desse trabalho. Ao invés de ficar montando mais uma máquina no Poder Público, para ficar um controlando o outro. Então vamos colocar a sociedade, através de suas formas organizadas que têm funções de controlar o desempenho técnico – porque elas são órgãos dessa função – para executarem também sua atividade.

Por fim, quero dizer a vocês que para mim foi uma experiência excelente. Não é a primeira vez que participo de debates. Vocês sabem que eu corria atrás de voto e encontrei vários de vocês em várias circunstâncias de campanha eleitoral, debatendo uma série de questões. Onde tiver reunião – já tive em debate com associações da Barra da Tijuca, estava lá acompanhado da Vereadora Aspásia Camargo – me coloco à disposição de participar sempre que dá para compatibilizar com as funções de Secretário de Meio Ambiente, Vice-Prefeito da Cidade, Secretário Geral do PMDB. Tenho também minha vida privada, sou casado, tenho dois filhos, mas estou à disposição de participar desses debates. E desejo para vocês um bom fim de contribuição para que a nossa Câmara de Vereadores de fato dê à Cidade esse Plano Diretor que vai nortear e dar rumos importantes para balizar esse desenvolvimento sustentável da Cidade do Rio de Janeiro.

E desejo a todos um bom dia, sem automóvel amanhã. E que nos ajudem para que haja sucesso nesse dia e que conduzam suas respectivas entidades a fazerem um trabalho de educação ambiental nesse dia para mostrar à população que nosso objetivo ali não é vedar ou criar constrangimento a ninguém. É mudar as consciências, mudar determinados hábitos e, ao mesmo tempo, chamar à responsabilidade do Poder Público para melhorar o transporte coletivo. Porque essa é a grande alternativa para a Cidade.

Muito obrigado e um bom dia de trabalho para vocês.

(PALMAS)

Peço licença para me retirar.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Estamos praticamente encerrando o nosso Debate, mas temos que passar a palavra para algumas pessoas.

A senhora Sandra Gomes que está aqui desde o início. Desculpe, mas como você pediu para falar no final, você acabou até sendo prejudicada. Vamos ouvi-la.

A SRA. SANDRA GOMES – Boa tarde, quero agradecer aos membros da Mesa e a nossa Presidente Aspásia Camargo.

Vou ser rápida. No início é bem mais fácil de se falar. Quero enfatizar a palavra ao Sr. Vereador Chiquinho Brazão. Falar sobre a supressão vegetal, porque sou moradora da Nova Barra que nada mais é do que Jacarepaguá. O que está acontecendo ali? Vejo que em três meses os construtores invadiram toda aquela área, como todo mundo aqui da Barra falou. Está crescendo muito essa especulação imobiliária. Pergunto onde é feito esse replantio de árvores que são retiradas desses terrenos. Fui à Subprefeitura da Barra, não souberam me dizer. E está crescendo, em três, quatro meses mais prédios, maiores e mais altos, um do lado do outro. Daqui a pouco estamos virando uma Copacabana. Sem verde algum; os pássaros que estavam indo na minha varanda, não estão aparecendo mais. Estamos ficando sem verde. Então, queria pedir que estabelecessem uma taxa de arborização. O espaço não é taxa para ser pago. Mas para ser um espaço destinado pelos empreendedores, as grandes construtoras, para que elas quando ocupem esse terreno, permitam deixar esse espaço para as árvores, para o verde. E não aquelas plantas ornamentais. Ficam muito bonitas as plantas ornamentais, mas não estamos vendo árvores de copa grande. Estamos vendo somente as palmeiras, somente palmeiras são plantadas ali na Abelardo Bueno. Quero sugerir essa taxa de arborização para ser estabelecida.

Uma possível mudança nessas alturas dos prédios. Não sou contra as construções, mas vejo que esse aumento da construção, muitos apartamentos num só andar. Além de poluir o próprio ar, existe a poluição das pessoas que estão transitando, mais carros nas ruas. Queria que vissem também isso, essa mudança desses espaços de construção de prédios com muitos apartamentos por andar.

Queria sugerir que nos ônibus fossem colocadas lixeiras. Em alguns ônibus já existe lixeira, mas só existe uma lixeira. Sugiro pelo menos duas lixeiras, mas não só as lixeiras, mas cartazes para que as pessoas deixem seu lixo dentro do ônibus, pelos menos, para que não fiquem jogando pelas ruas.

Aprovação, nesse caso, dos loteamentos. Preservar esses espaços. Senão for entre um prédio e outro, espaços com plantio de árvores, mas que tenham... Por exemplo, onde moro – Vilas da Barra. Ali temos grandes construtoras mas não temos nenhum parque. Se eles construíram um prédio ao lado do outro, queríamos que tivesse pelo menos um parque, que um terreno fosse um parque, que servisse como parque, senão ficamos sem verde nenhum.

Quero sugerir também que houvesse a obrigação da disciplina de Meio Ambiente nos ensinamentos fundamental, médio e universitário, para que todos tenham obrigação, sim, com o Meio Ambiente.

Não vejo que só o poder público tem obrigação, nós também temos que fazer alguma coisa. Precisamos entender que não se pode jogar lixo nas praias, que não se pode jogar sua latinha de cerveja, de guaraná pela janela do ônibus. Outra coisa que queria falar é sobre as praias e alguns terrenos, alguns espaços que pessoas usam com barraquinhas. Vejo que na Avenida Brasil, por exemplo, algumas pessoas que têm barracas e têm o lixo todo em volta. Então queria sugerir que fosse obrigado, nas praias, que aquele espaço em torno das barracas fosse mantido limpo. E que essas pessoas que vivem ganhando esse dinheiro vendendo nas barracas precisam da praia, assim como nós precisamos ir e nos divertir. Queremos uma praia limpa. Não vemos hoje essa preocupação com as praias.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Vamos bater palmas para você. Você está olhando a nossa cidade com um olhar crítico e construtivo, dando sugestões. São bons temas inclusive de mobilização para nossa cidade.

Quero agora passar a palavra à Sra. Nanci Rodrigues, da Associação de Moradores de Guadalupe.

A SRA. NANJI RODRIGUES – Estou aqui representando o negro e a Associação “Eu Nasci para Vocês”, lá de Guadalupe.

O nosso problema em Guadalupe é que temos a Estrada de Camboatá e tem uma reserva onde foi feito o Corpo de Bombeiros. E ali tem uma nascente de águas que quando chove inunda todo o bairro. E tem uma reserva florestal que já estão querendo invadir, matando a mata para fazer a favelização. Então estamos pedindo socorro nesse local, estamos pedindo socorro para Guadalupe. O que puder ser feito para terminar com essa enchente. As paredes das casas já estão com umidade. Não sabemos como está o solo de Guadalupe, então queríamos um estudo para isso. Estamos pedindo para ter um estudo nesse local. E ali, a senhora sabe, tem a Reserva de Camboatá e a Reserva de Gericinó. Então estamos pedindo socorro para isso; e não sabemos ainda se têm aquelas minas que fazem aquelas explosões, se aquilo ainda existe ali, o Paiol de Guadalupe. Nós não temos acesso por ser uma área do Exército, é uma área federal.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Vamos prestar atenção à sua área porque vale muito – Reserva de Gericinó, essas reservas todas que têm ali. Que bom você estar atenta e vamos também procurar dar o máximo de cobertura que puder para que essa vigilância aconteça e essa preservação.

A cidade inteira se compromete à preservação ambiental.

Agora passo a palavra ao Sr. Heitor Ferreira de Souza.

O SR. HEITOR FERREIRA DE SOUZA – Somos poucos a essa altura, realmente, a resistência das pessoas terminam prejudicando o objetivo de uma Audiência Pública, evidentemente. Eu mesmo estava de saída porque tinha um compromisso às 14 horas e que consegui adiar para continuar aqui presente e manifestar minhas preocupações a respeito.

Sou arquiteto, urbanista, planejador. Sou aposentado da SMU, portanto sou da Casa, vamos chamar assim. Fui diretor do Iplanrio e, realmente, tenho uma larga experiência nessa área do famoso Plano Diretor. Quando surgiu esse momento de fazer a atualização do Plano Diretor, uma nova versão do Plano Diretor do Rio de Janeiro, me senti na obrigação de tentar dar minha contribuição. Participei de uma Audiência Pública lá no Crea, com nosso amigo Saade. Naquele dia me frustrei tremendamente porque tinha pouca gente, inexpressivo até. A Vereadora Aspásia Camargo fez a apresentação, a Sra. Cláudia pela Prefeitura. E me comprometi com o Saade, do Crea. No dia perguntei às pessoas quem conhecia o texto da lei. Ninguém conhecia. Há muito discurso em cima desses problemas.

As pessoas não sabem, não entendem, não conhecem o problema em si mesmo. Aqui mesmo recebemos o texto, eu mesmo não tive condições de absorver o texto aqui na hora, embora seja um técnico. Então isso tudo dificulta o rendimento dessas audiências públicas.

Na época da Audiência do Crea me comprometi a ler o texto e fazer uma avaliação que resultou num documento de observações sobre a Lei do Plano Diretor. E a conclusão que cheguei – primeira coincidência – tive a oportunidade de ser aqui assessor do Vereador Tito Ryff, em 1989/1990, por conta da inauguração da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Se hoje tivéssemos que nos reportar a uma Constituição, diria que esse Projeto do Plano Diretor é inconstitucional. Porque pelo menos ele é inorgânico, não respeita as disposições que estão aqui na Lei Orgânica.

A Lei Orgânica diz claramente que o fato urbano é resultante da interação dos fatos econômicos, resultante. E diz mais, que deveria ser feita para o município uma política de desenvolvimento do município, compreendendo todos os aspectos setoriais: Educação, Saúde, Meio Ambiente, etc. À luz desse documento é que decorreriam as demandas a serem atendidas pelo uso do solo. Portanto, o Uso do Solo, que é realmente a espinha dorsal de um Plano Diretor Urbano, que aqui está intitulado, tem que ser resultante daquelas disposições setoriais predeterminantes.

Aqui está o contrário. O Plano Diretor é que pretende condições às questões setoriais de Educação, Meio Ambiente... Aqui a gente vê claramente, está determinando coisas que são de competência de quem cuida do meio ambiente.

A mesma coisa aconteceu com Transporte aqui. Há disposições determinando como os transportes devem ser. É o contrário. O Transporte é que diz o que preciso espacialmente para poder realizar minha função e a finalidade no transporte. Para tanto tem que haver uma política de transporte.

Como nesse documento também se reporta uma política de meio ambiente. Perguntaria: onde está a política de meio ambiente? Então precisamos de uma política de meio ambiente. E vou dizer mais, fui chefe da Assessoria Técnica da Secretaria de Meio Ambiente deste Estado. E é terrível. Essa parte legislativa e normativa, infelizmente, aqui no nosso Município e na nossa Cidade, tem sido tratada de forma muito irresponsável, vamos dizer assim. Deparei com uma situação da Assembléia Legislativa propondo um Código de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Eu estava na Secretaria de Meio Ambiente e fui dar uma analisada e, simplesmente constatei que esse Código de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro não era cópia, era um transplante do Código do Meio Ambiente do meu Estado – Rio Grande do Sul.

Então quando isso acontece, acho que isso é um cenário no qual estamos inseridos, chamaria de irresponsabilidade. Então acho que é um desafio – diria a minha amiga Vereadora Aspásia Camargo – com essa oportunidade que temos, conferir um trabalho altamente responsável junto à população que está ávida de soluções e propostas.

Esse é o grande desafio. Sinceramente, sou amigo da Vereadora Aspásia Camargo e falo isso de coração, é a chance que temos, gostaria e o que tínhamos que propor é que o município – analisando o texto aqui, embora arquiteto sou “preciosista” e muito preciso. Se você analisar os conceitos e a terminologia empregada, não resiste a nada. Não só eu, outros profissionais que já conversei aqui, dizem a mesma coisa. Não estamos procurando fazer um trabalho de qualidade, vamos dizer assim. O que temos na mão não é um trabalho de qualidade. Nosso objetivo, e eu proponho à comissão organizadora, é que persiga um trabalho de qualidade também, principalmente. Não sei se consigo esclarecer – é uma ideia de modo geral – por exemplo, o texto da Lei do Subtítulo 3 que diz: Institui a Política Urbana do Município e Institui o Plano Diretor da Cidade. A Política do Município e o Plano Diretor da Cidade são duas. Que coisas são essas? O que é Município e o que é Cidade, afinal? O Plano Diretor da Cidade não é do Município, então. Essas coisas estão confusas e acho que isso prejudica a chamada qualidade do trabalho.

Diria mais aí também, até citei no texto que faço, que a Ementa diz: INSTITUI A POLÍTICA URBANA E O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO. Da Política Urbana nós temos duzentos e tantos artigos, tem seis artigos. Até eu brinco: é a mesma coisa que um general comandando seis soldados. Um título tem que ter corpo, ele tem que ter um conteúdo técnico. Um título com seis artigos, que era o caso da Política Urbana, tem seis artigos; só isso, seis artiguinhos. E, no entanto, outros instrumentos e alguns setoriais, que não são objeto do Plano Diretor, têm 85 artigos. Só isso demonstra a instabilidade e a inadequação de uma lei. Isso não vai de hoje, vem desde 1992. Desculpe, mas quero alertar e faço isso com boa intenção.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Sr. Heitor Ferreira, estamos com um problema sério aqui agora que eu não tinha conhecimento. Vamos ter uma Solemnidade aqui que está marcada para duas horas. Então, vou pedir a todos que me desculpem e vou ter que fazer o encerramento agora e ficam todos convidados para a próxima reunião. Estamos aqui abertos para receber sugestões e realmente trabalhar para que o texto final esteja à altura do que todos esperamos.

Muito obrigada.

Está encerrado o Debate.

(Encerra-se o Debate Público às 14h15)